



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O TEMPO LIVRE, O LAZER E O TRABALHO NO CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO.**

ANA PAULA FREGNANI COLOMBI

Florianópolis, 2007



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O TEMPO LIVRE, O LAZER E O TRABALHO NO CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO.**

**Monografia Submetida ao Departamento de Ciências
Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina
CNM 5420 – Monografia.**

Por: Ana Paula Fregnani Colombi

Orientador: Professor Helton Ricardo Ouriques

Área de Pesquisa: Economia Política

Palavras-Chaves : Tempo Livre, Lazer e Trabalho.

Florianópolis, 2007



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota _____ à aluna Ana Paula Fregnani Colombi na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Professor Helton Ricardo Ouriques

Orientador

Professor

Professor

Florianópolis, 2007.

Dedico este trabalho aos meus pais,

com todo o meu amor

Branca e Anselmo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas, companheiros e professores do curso de graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina que de modo valoroso me ensinaram e incentivaram nesta longa caminhada.

Ao professor, Helton Ricardo Ouriques, pelo apoio, orientação e atenção despendidas durante todo o processo de realização deste trabalho, assim como meus sinceros agradecimentos ao aprendizado e à experiência de pesquisa desenvolvida sob sua orientação.

Aos meus pais e meus irmãos, pelo amor incondicional que regozija minha vida, pela eterna paciência que indaga minhas convicções, pelos reais valores que conformam minha índole e pelo eterno aprendizado que representa a existência das pessoas que mais amo.

Em especial, a minha mãe, Branca, a quem **devo minha razão de viver.**

RESUMO

A sociedade capitalista estruturou-se econômica e socialmente a partir da categoria trabalho, tendo sido esta alçada a condição central da existência dos homens. No entanto, à medida que o tempo livre passou a fazer parte das reivindicações dos trabalhadores, uma onda de discussões acerca das formas de utilização deste tempo foi, concomitantemente, sendo disseminada. No final do Século XX, a prática crescente do lazer (como uma das diferenciações do tempo de não trabalho) apontava para uma transformação social na qual o trabalho poderia deixar de ser o pressuposto da sociedade capitalista. Neste contexto, este projeto tem por objetivo discutir a origem do tempo livre e suas implicações no mundo do trabalho, no intuito de colocar em questão a gênese de uma sociedade fundamentada no tempo livre, já que a realização do lazer também se enquadra como uma forma de apropriação do tempo de não trabalho por parte do capital através das mais diversas atividades, dentre elas a disseminação do consumo. Para tanto a pesquisa exige como método o desenvolvimento teórico das abordagens positiva e negativa a respeito do tempo livre, bem como a posterior comprovação empírica da tese aqui sustentada, relacionada à apropriação mercantil do tempo livre por parte do capital.

Palavras-chave: tempo-livre, lazer e trabalho.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –

Gráfico 2 –

Gráfico 3 –

Gráfico 4 –

Gráfico 5 –

Gráfico 6 –

Gráfico 7 –

Gráfico 8 –

Gráfico 9 –

LISTA DE ANEXOS

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
LISTA DE TABELAS	7
CAPÍTULO I.....	9
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	12
1.3 OBJETIVOS.....	13
1.3.1 OBJETIVO GERAL	13
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
2 PERSPECTIVA POSITIVA: RUMO A SOCIEDADE DO LAZER.....	16
CAPÍTULO III.....	Erro! Indicador não definido.
3.PERSPECTIVA NEGATIVA: O TEMPO LIVRE E A OPRESSÃO OCULTA AO TRABALHADOR.....	30
4 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS A RESPEITO DO TEMPO DE TRABALHO E DO TEMPO DE LAZER	47

1. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

A consolidação da sociedade capitalista estruturou-se econômica e socialmente a partir da categoria trabalho, como prática condicional para o convívio social, tendo sido esta alçada a condição central da existência dos homens. Diante deste argumento, vale ressaltar, que o conceito de trabalho para a sociedade industrial – e, portanto, para corroborar a ascensão do capital – inseriu-se na qualidade de instrumento de potência universal capaz de racionalizar economicamente as diversas esferas da vida humana. Passou a prevalecer a posição do capital, tornando o trabalho uma atividade imprescindível e nobre a ponto de condicionar a índole e a moral dos que mantém íntima relação com suas regras e normas. Mais do que isso, a própria sociedade capitalista fez do trabalho peça inerente a sua evolução, de tal maneira que os integrantes dessa civilização não admitam sua perda de centralidade e relevância.

A avaliação crítica do trabalho sob o capitalismo foi efetuada por Karl Marx (1989), como uma forma natural de distinção entre homens e animais, pois os homens são capazes de produzir seus meios de vida, ou seja, sua vida material, enquanto os animais não gozam dessa competência. É assim, produzindo, apropriando-se dos elementos naturais e adaptando o intercâmbio material entre natureza e vida humana que o homem consolida o processo de trabalho como único ser capaz de realizá-lo. Portanto, Marx confirma a centralidade do trabalho para a vida humana, corroborando essa relação de dependência também para o modo capitalista de produção.

A sociedade moderna trouxe consigo a possibilidade de questionamento da posição central do trabalho para o desenvolvimento da civilização industrial. Após a Segunda Guerra Mundial alguns pesquisadores importantes como Joffre Dumazedier (1979) e Georges Friedmann (1973) desenvolveram estudos teóricos e empíricos sobre o tema e aventaram a hipótese de que estaríamos caminhando rumo a uma civilização do lazer. Diante do avanço da produtividade na indústria, que tem como consequência imediata a redução na jornada de trabalho, aliada à prática crescente de atividades exclusas ao tempo de trabalho (dentre elas o lazer), o século XX apresentou indícios de uma transformação social na qual o trabalho poderia deixar de ser o pressuposto da sociedade capitalista.

Esta concepção positiva acerca do tempo livre é defendida, também, por uma gama de autores contemporâneos que defendem a “sociedade do lazer” em detrimento da “sociedade do

trabalho”, como De Masi (2000). Este autor, particularmente, acredita que “o ócio na sociedade pós-industrial possa vir a ser tão importante, pelo menos, quanto o trabalho e que logo acabe por fazer o mesmo que ele, ambos assumindo as feições do jogo”. Pela infinidade de debates que se travam a esse respeito e pela notável contemporaneidade do tema é que a perspectiva positiva merece ser discutida e analisada. Isto é, cabe investigar se, efetivamente, as previsões e interpretações dos autores, neste caso, podem ser aceitas sem reservas.

Na outra ponta das questões discutidas em relação ao uso do tempo livre, estão autores como Lafargue (1999) e Mészáros (2002), que se contrapuseram à concepção dita positiva (em que o tempo livre comparece como um tempo de satisfação e regozijo) salientando que o trabalho ainda está intrínseco à vida na sociedade capitalista. Por conseguinte, apontaram uma perspectiva negativa no que se refere ao tempo livre, já que este serve apenas para refazer as energias da classe trabalhadora para um novo dia de trabalho não existindo, portanto, a possibilidade de inserção de uma nova sociedade baseada no lazer dentro do sistema capitalista de produção.

Corroborando a mesma visão negativa em relação ao tempo de lazer, Padilha (2000) salienta que a sociedade capitalista não está atravessando uma mudança de paradigma tal qual dizem os defensores do ócio enquanto atividade produtiva, mas sim vivenciando uma nova forma de manipulação do trabalhador através da apropriação do tempo de trabalho e, como um novo elemento, do tempo de não trabalho, por parte do capital. A ratificação para tal consideração é o espírito consumista incitado pelo sistema capitalista e praticado por seus membros, agora também no tempo dedicado ao lazer. Todo o cenário do pós-guerra, em que há a formação de uma sociedade de consumidores, parece confirmar a hipótese de que o tempo livre está posto, apenas, como mais um tempo destinado ao consumo.

O intuito da discussão acerca das diferentes interpretações, aqui superficialmente mencionadas, em relação ao caráter e ao destino da “sociedade do lazer” é desvendar o verdadeiro sentido da redução do tempo de trabalho e a conseqüente ampliação do tempo livre, pondo em questão a possibilidade deste tempo ser também apropriado pelo capital, através de uma nova lógica de exploração. Para dizer de uma outra forma, o objetivo deste debate é questionar o lazer como uma forma verossímil de tempo livre discutindo as diferentes concepções que cercam o tema, e, por fim, apresentando argumentos empíricos que justifiquem a visão crítica sobre a produção do tempo livre.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A problemática central consiste em apresentar as considerações acerca do tempo livre, lazer e trabalho no capitalismo contemporâneo, salientando os aspectos negativos e positivos, bem como perceber como é utilizado o tempo de não trabalho no cotidiano da sociedade capitalista, no intuito de demonstrar, segundo a perspectiva positiva, a mudança de paradigma concernente ao tempo de lazer a partir do Século XXI, e segundo a perspectiva negativa, as diferentes formas de exploração do capital sobre o tempo dos trabalhadores, seja ele de trabalho, propriamente dito, ou de lazer. Assim sendo, o conflito teórico se faz pela contradição entre o uso do tempo livre para repor as forças que são consumidas para sobreviver ao capitalismo, em contrariedade ao tempo livre que seria dedicado à elevação pessoal no caso de existir uma outra forma de sociedade sem exploração. As diferentes perspectivas a serem abordadas e debatidas serão:

Perspectiva positiva: Defende que a partir do século XXI colocou-se uma nova concepção de sociedade não mais fundamentada no tempo de trabalho, mas justamente no tempo livre, ou seja, a civilização está a caminho da sociedade do lazer. Diante desta realidade o tempo livre seria um tempo de descanso e emancipação humana.

Perspectiva negativa: Salienta que o tempo livre representa apenas mais uma forma de exploração do sistema de produção capitalista, uma vez que até o tempo de não trabalho é apropriado pela lógica do capital. Neste contexto, o tempo livre configura-se como um tempo de consumo e de revitalização para um novo dia de trabalho, isto é, um tempo de revigoração para a perpetuação do tempo dominado pelo capital e, portanto, a serviço da reprodução do sistema capitalista.

1.3 OBJETIVOS

O principal objetivo do trabalho é efetuar uma discussão aprofundada sobre a temática do trabalho, do tempo livre e do lazer no capitalismo contemporâneo, através da análise das distintas interpretações sobre o tema, aqui agrupadas em perspectivas positiva e negativa. O estudo concentrará esforços em compreender os argumentos desses dois grandes grupos de interpretações.

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Este estudo tem por objetivo geral discutir a centralidade do trabalho e a origem do tempo livre e suas implicações no mundo do trabalho. Com isso, pretende-se colocar em questão a gênese de uma sociedade fundamentada no tempo livre, já que a realização do lazer também se enquadra como uma forma de apropriação do tempo de não trabalho por parte do capital através das mais diversas atividades, dentre elas a disseminação do consumo.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) como se constitui e consolida a perspectiva positiva sobre o advento do tempo livre? Quais seus pontos positivos e negativos? É possível concordar com os autores que postulam a existência de uma sociedade pós-industrial, na qual predomina o tempo livre em relação ao tempo de trabalho? E quais os significados desse tempo livre?
- b) como se constitui e consolida a perspectiva negativa sobre o advento do tempo livre? Quais seus pontos positivos e negativos? É verídico acreditar, *a priori*, que as análises agrupadas nessa interpretação conseguem dar conta com mais profundidade das contradições do tempo livre no capitalismo contemporâneo, já que partem da idéia mais geral da tendência à apropriação mercantil do tempo de não trabalho?
- c) demonstrar, empiricamente, via realização de pesquisa de campo, que o trabalho ainda é fator central em torno do qual giram as expectativas humanas e que o tempo livre configura-se como um tempo de consumo, ou seja, a serviço do capital.

Espera-se apresentar como resultado da pesquisa um bom panorama sobre o estado da arte dos estudos na temática, uma reflexão crítica sobre a criação dos tempos livres no capitalismo contemporâneo e, por fim, uma contribuição no âmbito da economia política para os estudos sobre a temática do trabalho e do tempo livre.

1.4 METODOLOGIA

A pesquisa exige como primeiro procedimento, uma reflexão sobre as abordagens positiva e negativa a respeito do tempo livre, bem como a posterior comprovação empírica da tese aqui sustentada, relacionada à apropriação mercantil do tempo livre por parte do capital.

O desenvolvimento teórico será posto em prática através da revisão e da análise da literatura relativa ao tema do trabalho, do tempo livre e do lazer no capitalismo contemporâneo, no intuito de comparar os dois conjuntos de interpretações.

Já o perfil empírico do estudo resultará da aplicação de questionários que têm como objetivo perceber as formas de uso do tempo no contingente de trabalhadores totalmente inseridos no mercado de trabalho convencional, neste caso os profissionais da rede bancária. O questionário contemplará as seguintes grandes questões: a) tamanho da jornada de trabalho; b) o que o indivíduo faz no tempo de não trabalho; c) grau de atratividade pelo trabalho. Essas grandes questões serão detalhadas, no intuito de verificar se efetivamente a tese da mercantilização dos tempos livres é minimamente comprovável, assim como indicar se a perda da centralidade do trabalho é uma transformação em efetivo andamento. Para tanto, o questionário ainda levantará as seguintes questões: a) será perguntado ao entrevistado a posição que ele assumiria em relação a possibilidade de não mais trabalhar, dada uma renda de subsistência; b) com relação ao seu tempo disponível (definido como tempo de não trabalho), será perguntado a respeito das formas de lazer exercidas.

O cruzamento dos dados relativos à idade, tempo de serviço formal, renda mensal e jornada diária de trabalho com o questionamento a respeito da posição que os entrevistados assumiriam diante da possibilidade de não mais trabalhar dará o suporte necessário para afirmar se, por exemplo, indivíduos com mais tempo de trabalho vêm mais importância nesta atividade do que preocupam-se com o tempo de lazer.

Da mesma forma, a tese de mercantilização do tempo livre será colocada em questão através da discussão do cunho consumista atribuído às atividades que os entrevistados irão mencionar. Essas são questões que se espera responder nessa pequena investigação empírica.

A fim de discutir a problemática em questão o Capítulo II tratará da revisão teórica sobre a abordagem positiva no que diz respeito ao tempo de não trabalho, através do diálogo direto com os autores que acreditam na efetiva formação de uma sociedade ditada pelo tempo livre. Por sua vez, o Capítulo III abordará a debate teórico dos autores que defendem a perspectiva negativa a respeito do tempo de não trabalho, salientado que não há a perda de centralidade do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, além de acreditarem na tese de mercantilização do tempo de lazer.

Por fim o Capítulo IV trará o embasamento empírico da pesquisa a fim de indicar a tese que melhor explica a transformação atual do mercado de trabalho dentro da conjuntura do sistema de produção capitalista.

2 PERSPECTIVA POSITIVA: RUMO A SOCIEDADE DO LAZER.

Na visão dos teóricos do tempo livre, o século XX trouxe diferenciações sociais que remetem a uma nova perspectiva de sociedade, na qual o tempo liberado passa a prevalecer sobre o tempo de trabalho. Muitos autores que se basearam em acontecimentos de ordem histórica conseguiram elencar sintomas de uma mudança de valores do ponto de vista social, que seria capaz de pré-determinar uma ruptura no modo de pensar a civilização. Nesse debate está vigente a concepção de que o lazer está posto como uma das formas de personificação do tempo livre e, portanto, faz-se pertinente a discussão acerca das possibilidades efetivas de criação de uma sociedade caracterizada pelo lazer e não mais pelo trabalho.

No livro *Sociologia empírica do lazer* (1979), Dumazedier argumenta que o lazer possui uma parcela majoritária dentro do tempo livre, atribuindo uma “nova necessidade social do indivíduo a dispor de si para si mesmo” (DUMAZEDIER, 1979, p. 57), uma vez que ao exercitá-lo, realiza atividades peculiares ao tempo de não trabalho, dentre elas: férias, espetáculos, repouso, passeio, esportes, divertimento, recreação, entretenimento, fins de semana, bate-papos, viagens de recreio, TV, teatro, música, bailes... Para que o lazer possa ser assim considerado – um tempo de realização da personalidade – levanta-se a justificativa provinda do conceito de hedonismo¹. Através dessa apreciação o autor considera que o tempo de auto-satisfação e a idéia de libertar-se do tédio cotidiano tornam-se o objetivo maior na prática dessas atividades.

Analisar o tempo de lazer é antes de tudo perceber as diferenciações na sociedade do trabalho, já que no ponto de vista do autor, o lazer não significa ociosidade, mas sim pressupõe o trabalho. Deste modo, e sendo o lazer um pressuposto do tempo de trabalho, sua ética “não é a da ociosidade que rejeita o trabalho, nem a da licença, que infringe as obrigações, mas a de um novo equilíbrio entre as exigências utilitárias da sociedade e as exigências desinteressadas da pessoa” (idem, p.59). Estaria, assim, incorreto afirmar que o lazer corresponde inteiramente ao tempo de não-trabalho, pois estaria sendo esquecida a conceituação dada por Dumazedier, na qual as obrigações além de não constituírem tempo de trabalho, também não constituem tempo de lazer. Portanto, “é mais válido e mais operatório destinar o vocábulo lazer ao único conteúdo do tempo orientado para a realização da pessoa com fim último” (idem, p. 92).

¹ Antigo sistema filosófico que considerava o prazer como único fim da vida; doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível, princípio e fim da vida moral.

O autor considera verdadeira a possibilidade de uma sociedade baseada no lazer, e para tal, elenca a necessidade de uma política de alocação do tempo livre, ou mais precisamente uma política de desenvolvimento cultural para que o lazer se dissemine de forma democrática nas sociedades. Desse tipo de política deve suscitar o equilíbrio entre os valores do lazer e os valores do trabalho.

Domenico De Masi, em *O futuro do trabalho* (2000), contribui incisivamente com o debate no momento em que considera que o tempo livre já ultrapassou o tempo de trabalho, confirmando efetivamente a possibilidade da liberação definitiva do trabalho desgastante para que se possa gozar do tempo disponível, através do ócio criativo e da autonomia no trabalho. No entanto, essa possibilidade está alicerçada na capacidade de mudar a mentalidade dos trabalhadores para que aprendam a centralizar suas vidas no não-trabalho, em detrimento da vida no trabalho. Para tal, seria necessária a “educação dos jovens e a reeducação dos adultos para que aprendam como dar sentido e valor ao tempo livre, enriquecendo-o de introspecção, criatividade e convivência”. (DE MASI, 2000, p. 20). Ainda assim, todos os aspectos da vida humana deveriam ser reprojatados de modo que o tempo livre não se degenere em dissipação e agressividade. Assim emergiria uma nova condição existencial em que estudo, trabalho e tempo livre estariam cada vez mais entrelaçados e potencializados.

No intuito de fundamentar seu descrédito em relação à “centralidade” do trabalho, De Masi salienta que as organizações produtivas fabricam infelizes, além de instigarem a pobreza estética das paisagens dos chamados “aquários periféricos” aos quais fazem parte. Ainda descontente com a descaracterização do trabalho e da organização produtiva, o autor ressalta que as empresas estão extraindo do trabalhador parte de seu tempo de não trabalho na medida em que a “grande maioria dos funcionários é forçada a ficar no escritório até tarde da noite para digerir suas cargas de trabalho”. Essa realidade aliada à obstinada recusa de modificar a estrutura tradicional e rígida das empresas assinala que a organização burocratizada está fadada ao fracasso diante da despojada criatividade das organizações do futuro.

Diante da batalha travada entre a organização patológica e a organização criativa², De Masi acredita que “o ócio na sociedade pós-industrial possa vir a ser tão importante, pelo menos,

² Para o autor a organização industrial caracteriza-se por elevada burocracia que degenera o que cada trabalhador tem de melhor, sendo, portanto patológica. Antagonicamente, a criatividade é a maior característica da organização pós-industrial.

quanto o trabalho e que logo acabe por fazer o mesmo que ele, ambos assumindo as feições do jogo”. (idem, p. 58). Esta crença de que a sociedade pós-industrial possa se libertar da égide do trabalho está baseada na idéia de que a fadiga e a servidão, como características da era industrial, servirão de prelúdio para tal libertação.

Historicamente, a transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, da era do trabalho para a era do conhecimento e da tecnologia intelectual, convém para que De Masi solidifique sua hipótese: “paralelamente, vai-se desestruturando o tempo de trabalho: um número crescente de trabalhadores consegue horários flexíveis, trabalho temporário ou interino, distribuição personalizada das férias, possibilidade de delegar a um parceiro parte do seu trabalho e assim por diante” (idem, p. 174).

Deste modo, o autor entende que a sociedade pós-industrial também trouxe avanço em termos tecnológicos, porém para que o ócio realmente faça parte do tempo de vida do trabalhador, mais que o trabalho, é necessário que uma ruptura cultural acompanhe o processo. Nessa nova mentalidade deve constar a qualidade de vida como valor de maior importância frente ao “posicionamento de sacrifício, fatalista, expiatório, calvinista” das sociedades passadas. Portanto, “com o termo ‘pós-industrial’ indica-se, enfim, em todo o mundo, um modelo inteiramente novo de sociedade, que se move sob o signo da conexão e da reintegração de trabalho e vida, casa e escritório, quantidade e qualidade, ética e negócio, bens e serviços” (idem, p. 221). Com estas práticas se concretizará a possibilidade de transformar a falta de trabalho em liberação do trabalho, solidificando um novo modelo de vida – antagônico, mas, real – com menos trabalho e com alta produtividade.

Com o tempo livre abre-se espaço para a ociosidade. No entanto, o tempo ocioso, somente se aliado à criatividade será usado de maneira útil, uma vez que “na atividade criativa [...] estudo, trabalho e tempo livre coincidem e se confundem”. Então, segundo De Masi, estará criada a “economia do ócio”, pois é o ócio criativo que fornece ao trabalho qualidade e produtividade em termos de produção do espírito e renovação de idéias.

Circundados pela realidade pós-industrial do século XXI, um desafio emerge no sentido de edificar novos valores. E serão estes valores que erguerão a “força silenciosa do desejo de felicidade”. Para tanto, a organização pós-industrial necessita incorporar “uma completa e radical transformação mental, graças à qual os operários, os empregados, os executivos, os profissionais, os dirigentes, os proprietários e os consumidores devem introjetar um novo modo de considerar

as categorias de tempo, espaço, lucro, concorrência, solidariedade, ecossistema, qualidade de trabalho e de vida” (idem, p. 327).

Não somente a tendência para os próximos anos permite que os teóricos confirmem a possibilidade de uma sociedade fundamentada no lazer. Thorstein Veblen percebeu esta nova convergência social, já em 1899 em sua obra *A teoria da classe ociosa*, na qual afirma que a classe ociosa, composta pelas classes mais altas, é a parcela da sociedade que desenvolve as atividades de caráter honorífico, ou seja, toda e qualquer ocupação não-industrial: ocupações governamentais, guerreiras, religiosas, e esportivas.

O surgimento desta classe ociosa provém, para o autor, de uma discriminação estabelecida entre as diversas funções, segundo a qual algumas são indignas e outras dignas: “... as funções dignas são aquelas em que intervém um elemento de proeza ou de façanha; as funções indignas são as diárias e rotineiras em que nenhum elemento espetacular existe” (VEBLEN, 1965, p. 25).

Por sua vez, a discriminação estabelecida entre as diversas funções tem origem na diferenciação provinda dos sexos. O trabalho masculino exige força e sagacidade, uma vez que deve representar um esforço que afirme proeza; já o trabalho feminino, assíduo e uniforme, não passa da simples função de moldar a matéria, sendo assim caracterizado como trabalho produtivo. Nesta altura, nota-se a correlação entre as dignas atividades desenvolvidas pelo homem e as indignas tarefas de realização feminina.

Assim, o trabalho adquire uma conotação desagradável, em virtude das funções indignas a que está atrelado. Portanto, para Veblen, “o trabalho se torna tédio”, haja vista que matar, caçar e guerrear são atividades eminentemente honoríficas, enquanto a atividade industrial, por ser rotineira e feminina, torna-se odiosa.

Em se tratando da evolução cultural da classe ociosa, Veblen explora a criação da propriedade privada como a “base convencional da estima social”. Através de sua posse e sua ostentação é que se conquista, perante a sociedade, o respeito desejado.

Por traz desta acumulação de riqueza, caracterizada pela posse da propriedade privada, está, consoante Veblen, o motivo emulação pecuniária, que significa uma luta por honorabilidade através da comparação de prestígio e posses. No entanto, a emulação exige a abstenção de qualquer trabalho produtivo, ou seja, o desempenho da vida ociosa. Por conseguinte, se é através da posse da propriedade privada que a possibilidade de emulação concretiza-se, é também a propriedade privada que incita a vida ociosa, dada as exigências da emulação.

Neste contexto de posse e ostentação, Veblen explora o caráter do consumo improdutivo de bens como atividade honorífica que fornece aos ociosos, proeza e dignidade humana. Complementa argumentando que “[...] o consumo ilimitado de bens, especialmente dos bens de maior excelência, e como regra qualquer consumo que exceda o mínimo necessário à subsistência, pertence normalmente à classe ociosa”. (idem, p. 78)

Tudo provém, portanto, do motivo emulação pecuniária, ou como Veblen denomina posteriormente, força pecuniária. Esta é a base de uma boa reputação perante a sociedade e os meios de demonstrá-la estão no ócio conspícuo e no consumo conspícuo. Aparentemente, Veblen deixa transparecer que o ócio e o consumo se equilibram como requisitos da classe ociosa, no entanto, com a moderna organização da indústria, o desenvolvimento direciona-se para um aumento maior do consumo se comparado ao ócio. Isso aconteceria, segundo o autor, por causa da exigência pecuniária existente na cidade, que reclama maior nível de dispêndio.

Assim, para Veblen, a classe ociosa solidifica-se através da simples cadência dos acontecimentos, haja vista que seu surgimento está condicionado à discriminação das atividades desenvolvidas por ambos os sexos, que por sua vez determina o caráter tedioso do trabalho. Por fim, não trabalhar em qualquer atividade industrial caracteriza uma vida de ócio conspícuo fundamentada no consumo improdutivo de bens.

Jost Krippendorf, por sua vez, salienta que em uma sociedade onde “os valores de ter suplantaram os valores do ser”, onde os recursos do meio ambiente são irracionalmente utilizados, onde a prática da “economização³” toma conta de todas as esferas de existência humana – há a criação de uma nova forma de se viver através do lazer e das viagens. Afinal, “desejamos [...] um futuro onde possamos encontrar ou reencontrar um estado de equilíbrio e de medida humana...”. (KRIPPENDORF, 1989, p. 37).

Na visão do autor, o homem só é capaz de viver em equilíbrio e harmonia, se suportar o cotidiano. No entanto, essa tolerância ao dia-a-dia vem da idéia de escapar do mesmo através da possibilidade de sair e viajar, pois o lazer “deve reconstituir – recriar – o homem, curar e sustentar o corpo e a alma, proporcionar uma fonte de forças vitais e trazer um sentido à vida”. (idem, p. 40).

³ O termo é usado pelo autor no sentido de comercialização de todas as atividades da vida humana, sejam elas relativas ao campo econômico ou não.

Igualmente o autor propõe que o centro da vida venha a ser o lazer e não mais o trabalho. Ele acredita que isto possa acontecer, pois as principais necessidades materiais do homem já foram satisfeitas e a lógica, para o futuro, seria buscar a satisfação da carência de bens imateriais já que, “daqui para frente, a arte de viver e a qualidade de vida vêm antes do nível de vida” (idem, p. 149). Como a vida é regida pelo tempo, na visão do autor, as pessoas estão redescobrando este fator em detrimento da consciência pelo dinheiro. Portanto, segundo Krippendorf: **“O tempo livre está no coração das preocupações da vida, ele se tornou o verdadeiro motor da evolução das mentalidades. Não é mais o trabalho, mas o tempo livre por excelência”** (grifos meus) (idem, p. 150).

Esta brusca mudança na forma de viver da sociedade acarretaria uma redução do tempo de trabalho, que por sua vez teria impacto sobre o nível de consumo que, segundo o autor, deveria ser modificado ou reduzido. O tempo livre seria, deste modo, um tempo de não consumo, ou seja, um tempo de gozo, saber e lazer. Baseando-se nesta quimera, Krippendorf procura fatos reais que possam comprovar as linhas de acontecimento de uma transformação efetiva da mentalidade humana a respeito do trabalho: “eis, porque as tendências atuais indicam especialmente – no momento, pelo menos – uma mudança de orientação de consumo e não uma limitação: a viagem de volta ao mundo, ao invés de móveis e roupas; uma praia selvagem, na própria barraca, ao invés do hotel cinco estrelas; um carro menor, mas um equipamento de som maior; um vinho, ao invés de cerveja”.(idem, p. 153).

Seria ilusório acreditar que apenas um anseio por um novo modo de vida transformaria, na sua essência, o motor da evolução das mentalidades. Por isso Krippendorf argumenta que o anseio por uma vida deslocada do trabalho e centralizada no lazer deve estar aliado ao ensino relativo ao lazer e à viagem. Afinal, só a educação é capaz de incorporar a descrença no trabalho e a crença no lazer na estrutura da sociedade, como também ressalta De Masi.

Todo esse universo caracterizado pela fuga do cotidiano tem sua centralidade na crise do trabalho. A sociedade industrial incorporou o conceito positivo do trabalho, baseando-se na eficiência produtiva e no racionalismo técnico-científico. Com o tempo, e com a sedimentação do conceito na vida da sociedade, percebeu-se que o trabalho, apesar de assegurar a existência material e expandir as capacidades humanas de enriquecimento e alargamento dos horizontes, não conseguia satisfazer todos os anseios e desejos humanos. Por trás de toda a racionalização do trabalho, esperava-se também que ele fosse capaz de despertar em seus praticantes sintomas de

humanização, como autoconfiança, estima, orgulho, e satisfações existenciais. Além do mais, com o advento da sociedade industrial não veio somente o progresso e o conforto material, houve também uma drástica redução no nível de empregos. Diante de todos os fatores de insatisfação que foram sentidos pela sociedade, colocou-se como iminente a crise da sociedade do trabalho.

Krippendorf aborda esta questão confirmando todas as inconveniências acerca da racionalização do trabalho e assinala nesta altura a gênese de uma sociedade carente e disposta a criar uma estratégia de humanização. Em suas palavras, “essa estratégia de humanização é a mais completa de todas. Ela supõe uma reorientação fundamental do nosso sistema econômico e deve ser considerada como uma utopia positiva – mesmo que num futuro longínquo”. (idem, p. 164).

Diante de uma reformulação dos valores sociais, com reflexos imediatos na esfera econômica, uma nova lógica de funcionamento passaria a reger a sociedade, segundo o autor. E esta, por sua vez, levaria consigo as características subjetivas do lazer e não mais a racionalidade do trabalho. Deduz-se da análise precedente a gênese de uma sociedade do lazer oriunda da crise da sociedade do trabalho.

Detalhando a conclusão acima apresentada, Krippendorf distingue dois acontecimentos. Num primeiro momento, a sociedade do lazer seria confundida com a sociedade do consumo, já que uma indústria fará uso do lazer para fins lucrativos. Não obstante, segundo Krippendorf, este panorama consumista paulatinamente será desintegrado pela própria mentalidade dos consumidores, uma vez que as preferências imateriais predominarão sobre as necessidades materiais. Num segundo momento, a humanização do trabalho, ou seja, a ênfase ao enfoque imaterial, na medida em que diminui a divisão do trabalho não causará queda de rendimento, haja vista que o trabalhador responderá com a extensão de suas competências e responsabilidades, aumento de sua participação e maior independência. Desta forma, “globalmente, o indivíduo trabalharia, talvez, mais do que antes. No entanto, tratar-se-ia de uma atividade individual, que não incitaria mais esta vontade de se liberar do trabalho, mas a buscar a liberdade no trabalho”. (idem, p. 166).

Percebe-se, ao final da teorização das vertentes da sociedade do lazer, que este tipo de realização é possível, no ponto de vista de Krippendorf. Para ele “nos dias de hoje, muitos seres humanos sentem a necessidade de mudar alguma coisa, de tentar algo diferente – um desejo que talvez seja mais forte do que nunca”. (idem, p. 26). Essa tendência tem promissoras perspectivas de alicerçar-se na crise do trabalho e gerar a sociedade do gozo, do lazer, do prazer e do saber.

A crise da sociedade do trabalho descrita por Krippendorff, também encontra bases sólidas no movimento *Devagar* descrito por Carl Honoré (2005) em uma obra que elogia a lentidão em uma época na qual se cultua a velocidade. A grande problemática que engendra uma crise na sociedade capitalista é a obsessão de estarmos “fazendo cada vez mais em tempo cada vez menor”, em estarmos encarando o fluxo da vida como algo que deve responder compulsoriamente ao tempo, tornando a existência humana uma espécie de idolatria ao culto da velocidade. Na verdade, para o autor, a própria explosão do capitalismo moderno, com a introdução de um sistema de produção rápido, extraordinariamente capaz de criar riqueza às expensas da natureza, e economicamente apto para desenvolver as atividades aceleradas, é o pressuposto para a gênese de uma crise no interior dele mesmo. Afinal, exatamente pela rápida e desestruturada aceitação desse estilo de vida veloz que “... hoje em dia existimos pra servir à economia, e não o contrário”. (HONORÉ, 2005, p. 15). Por sua vez, a incorporação da velocidade pela economia invadiu a esfera de trabalho da sociedade antes mesmo de disseminar suas mudanças na vida social. A prova disto é que a ética do trabalho está cada vez mais fugindo de controle, ao passo que pessoas trabalham 90 horas semanais sob o consenso da normalidade.

Mesmo perante uma realidade tão desgastante, Honoré acredita que no século XXI “as pessoas estão se posicionando contra essa ética de trabalho, trabalho e mais trabalho”. (idem, p. 227). Para ele, as pessoas estão dispostas a decidir quanto e quando devem trabalhar, mesmo sabendo que será preciso uma verdadeira revolução educacional para a efetiva incorporação do controle do tempo empregado no trabalho. A prova de que isto venha realmente a acontecer está na empresa, o símbolo do sistema capitalista, pois, consoante Honoré: “muitas empresas tentam agora estabelecer um equilíbrio entre o rápido e o devagar no trabalho”. (idem, p. 237). E como esta atitude representa o reconhecimento dos limites da tecnologia pode-se realmente acreditar que uma revolução no modo de pensar o trabalho esteja acontecendo.

Aliado ao fato de que o lazer toma sua forma de realização alicerçando-se no tempo de não trabalho, está o pressuposto da crise no próprio tempo de trabalho. Note-se que toda a discussão a respeito da aceitação de uma sociedade diferenciada está plenamente ancorada no fator tempo⁴, já que é nele que uma ou outra atividade se desenvolve. Portanto, é válido

⁴ Segundo Norbert Elias, autor de *Sobre o tempo* (1998), entende-se o tempo primeiramente como um elemento físico, um “[...] dado objeto do mundo criado, e que não se distingue, por seu modo de ser, dos demais objetos da natureza [...]” e em segundo lugar o tempo significa um fenômeno social, pois o “tempo é uma maneira de captar em conjunto os acontecimentos que se assentam numa particularidade da consciência humana, ou, conforme o caso, da razão ou do espírito humanos [...]” (ELIAS, 1998, p. 9).

argumentar que a distinção entre lazer e trabalho, além de se consumir através da discussão entre as diferentes atividades realizadas nos seus respectivos momentos, se perfaz, também, na diferenciação dos tempos em que se realizam.

Assumindo tal fato como verdade, Witold Rybcznski apresenta a obra *Esperando o fim de semana* (2000) e corrobora a existência de um tempo específico para a realização do lazer. O fim de semana traz consigo uma nova estrutura do tempo, já que nele as pessoas impõem um ritmo de vida diferente, no qual as obrigações da semana são deixadas de lado em prol de dois dias distantes de responsabilidades.

Para o autor, determinar um tempo e um lugar específico para as atividades de lazer significou desagregá-las do trabalho, pois sua realização passou a se dar fora da esfera profissional. Essa limitação do lazer trouxe, portanto, as primeiras características do “lazer moderno”. Rybcznski (2000) corrobora esta conclusão afirmando que “hoje, nas sociedades ocidentais, o lazer virou um antídoto para o trabalho, com diferenças de tempo e lugar entre os dois”. (136)

A partir de então, uma nova preocupação advinda da existência do tempo disponível passou a assolar a sociedade: a classe trabalhadora saberia o que fazer com esse tempo? A inquietação que persistia era saber justamente se as pessoas ocupariam esse tempo com entretenimento em massa e com diversões pagas, ou se tornariam esse espaço um tempo de relaxamento e lazer. A questão mostrou-se claramente verídica quando se percebeu que a indústria do lazer estava em ascensão e que grande parte do tempo livre havia se transformado em tempo de consumo.

Neste sentido, o fim de semana, como um espaço de tempo pré-determinado para o lazer, acabou atribuindo ao tempo livre um caráter rígido, bem como colocou à disposição dois dias potenciais para a realização de mais trabalho, porém com caráter de diversão. Segundo Rybcznski (2000), “para muitas pessoas, o tempo livre no fim de semana deixou de ser uma oportunidade para escapar do trabalho, mas de criar um trabalho que tenha mais sentido – trabalhar se divertindo – e assim sentir a satisfação pessoal que o trabalho deixou de oferecer” (RYBCZNSKI, 2000, p. 188).

Portanto, para o autor, o fim de semana traz a perspectiva de colocação do lazer como base da cultura, afinal são esses dois dias externos à semana que permitem a realização da liberdade. Sua importância se torna tão presente na sociedade que o autor afirma no final de seu

livro: “[...] o fim de semana – seja nosso ou não, é por ele que esperamos a semana inteira” (idem, p. 196). Isto é, o fim de semana, ao mesmo tempo em que se transformou em um dos muitos rituais da existência, foi alçado também ao status de tempo econômico, onde se realizam diversas atividades lucrativas.

Se a discussão acerca do lazer for tomada segundo os princípios do tempo livre, e tão somente deste tempo, os resultados da análise ficam comprometidos. Afinal, a proposta de estudar o lazer, e confirmar neste estudo a possibilidade de uma sociedade do lazer em formação, está intimamente ligada à existência do trabalho como fonte, ou antiga fonte, de evolução humana. A partir do momento em que o trabalho deixa de ser o centro das atividades na sociedade, o lazer adquire seu espaço a ponto de focar em si uma nova centralidade. Assim, é necessário expormos aqui a análise de André Gorz na obra *Metamorfoses do trabalho* (2003), embora este não tenha se dedicado especificamente ao estudo do tempo livre.

Com o objetivo de, nos seus termos, modernizar o fenômeno da modernização, bem como racionalizar a própria racionalização Gorz salienta: “o que chamamos trabalho é uma invenção da modernidade”. (GORZ, 2003, p. 21). Com isso percebe-se que o capitalismo industrial gerou a idéia de trabalho enquanto instrumento de potência universal, capaz de “desumanizar” (como diz o autor) aqueles que o realizam, ou seja, a racionalização econômica tomou conta da esfera do trabalho. Assim, a racionalização transformou o tempo economizado de trabalho em um tempo “disponível para uma produção adicional de riquezas” e não para incluir o lazer como conteúdo do tempo liberado. Para tanto, Gorz (2003, p. 31) argumenta:

A racionalização econômica do trabalho venceu, portanto, a resistência das antigas idéias de liberdade e de autonomia existenciais. Fez nascer o indivíduo que, alienado em seu trabalho, também o será, obrigatoriamente, em seu consumo e, finalmente, em suas necessidades.

Dada a inversão que a racionalidade inferiu sobre o tempo livre, pensar em uma mutação deste conceito requer uma transformação da conotação de trabalho na sociedade capitalista, como propõe o autor. Caso essa nova racionalidade sugira autonomia e dignidade no trabalho em prol da exigência ética, individual e subjetiva, ela estará sendo contrária a seu fim, e, portanto, segundo Gorz, limitada. A verdadeira racionalidade, por sua vez, “consiste em transformar o trabalho em ‘atividade pessoal’, mas em um nível superior, em que a ‘união voluntária dos indivíduos substituirá a divisão capitalista do trabalho pela ‘colaboração voluntária’ [...]” (idem, p. 34).

O fenômeno da racionalização fez do homem uma peça integrada à máquina, dada a realização de tarefas parciais, pois sua identidade no trabalho resumia-se a complementar a ação do maquinário e não a estabelecer relações sociais através de suas atividades para com a coletividade da força trabalhadora. Dada a distância entre os trabalhadores, a racionalização causou, tão somente, o que o autor denominou de uma integração funcional do trabalhador. Verifica-se, assim, que esta não foi permeada por uma integração social, haja vista que para ter acontecido seria preciso tecer elos recíprocos entre os trabalhadores, fundados na cooperação. Pelo contrário, a socialização do homem foi incitada e deturpada através do consumo, pois, o trabalhador aprendeu a consumir o produto de seu próprio trabalho, de tal forma que isto permita, por um lado, a inserção social do trabalhador, e por outro, incite a necessidade de trabalhar em prol do ato de consumir. O consumo passa a ser, então, a porta de entrada para que o trabalhador sinta-se socialmente integrado. Consoante o autor, da gênese de trabalhadores integrados socialmente criam-se consumidores socializados:

Compreende-se, então, porque só uma regulação pelo mercado e não um amolecimento da regulação burocrática consegue substituir a coerção pela incitação. O trabalhador funcional que aceita ser alienado em seu trabalho porque suas possibilidades de consumo oferecem-lhe suficientes compensações, um tal trabalhador funcional só pode surgir caso surja, simultaneamente, como sua outra face, o consumidor socializado (idem, p. 52).

O maior reflexo desse processo de incitação consumista dos trabalhadores, como uma maneira metodológica de substituir a coerção dos mesmos, foi a desintegração e a segmentação da classe trabalhadora, visto que a união do homem à máquina baseou-se na divisão das atividades do trabalho. Assim, segundo Gorz, só os trabalhadores que possuem empregos privilegiados, ou seja, com alta remuneração, estabilidade e qualidade de desempenho podem se dar ao direito de separar o ofício da vida. Esse tipo de discriminação entre quem tem a oportunidade de trabalhar e quem não a possui, deixa ociosa boa parte da população que não tem a possibilidade de viver o lazer como respaldo da liberação do trabalho, ainda mais em uma sociedade com a tendência histórica de não precisar mais do trabalho de todos. Por isso o autor declara que, **“a ‘sociedade do trabalho’ [...] caducou: o trabalho não pode mais servir de fundamento à integração social”**. (grifos meus) (idem, p. 75).

Nesse raciocínio de que a sociedade não necessita mais do trabalho de todos, Gorz engendra seu argumento de que o tempo liberado, entre outras coisas, pode vir a fazer com que

todos trabalhem menos, no intuito de todos trabalharem. Assim sendo, esse tempo de não trabalho pode se tornar um tempo de vida que não seja gerido pelo tempo de trabalho, e não um tempo de repouso e de fortalecimento para um novo dia. Isso provaria a subordinação do trabalho em relação à vida, comprovando uma “crise da sociedade fundada no trabalho”, a qual, segundo o autor, obriga os indivíduos a buscar em outro lugar, que não nas tarefas oficiais diárias, as fontes de identidade e de pertencimento social.

No entanto, para o autor, a dificuldade maior para dismantelar a sociedade fundamentada no trabalho é conseguir transpor a barreira da racionalização econômica. Mesmo que a racionalidade desista de atribuir ao trabalho uma conotação central e imponente, ela fará do tempo livre um tempo de não trabalho e não um tempo de vida, de tal forma que neste tempo as situações ligadas ao consumo e ao regozijo para um novo dia de trabalho prevaleçam frente às atividades ligadas ao lazer, atividades estas que permitam a vivência com satisfação, mas sem a produção ou o consumo de riquezas mercantis.

Se esta racionalidade ainda impõe suas leis neste sistema, o autor coloca em questão os limites dessa lógica. Caso essa limitação inexista, Gorz deixa claro que a desintegração da sociedade será completa e a destruição da biosfera também. Para destrinchar tal questão vale saber que a lógica da racionalidade é analisar tudo do ponto de vista mercantil, até mesmo atividades de cunho familiar, refletindo, com isso, o uso dos indivíduos como instrumentos do sistema. Dado o caminho devastador que o mundo racional trilha, Gorz (2003, p. 135) propõe a conscientização do papel humano:

É preciso, portanto, reaprender a pensar o que somos, partindo de nós mesmos; reaprender que o sujeito somos nós; aprender que a sociologia e a economia têm seus limites, e a socialização também, reaprender a diferenciar a noção de trabalho pra evitar o disparate de remunerar atividades sem fim mercantil e assujeitar à lógica do rendimento atos que só são coerentes com seu próprio sentido justamente quando o tempo neles não conta pra nada.

Passada a compreensão da lógica racional coloca-se, então, o tema dos limites do funcionamento do sistema. Proporcionariam limitações à racionalidade acontecimentos como a redução da duração do trabalho remunerado, o deslocamento da análise do ponto de vista mercantil e ainda salientar a preocupação com a determinação externa da vida, mais do que com as necessidades impostas pela sociedade capitalista. Nesta altura, Gorz também chama a atenção para o reflexo da falta desses limites para com a racionalidade, no campo social: “O que está em

jogo nessa discussão é nada menos que a autonomia individual...”. (idem, p. 171). Uma vez que a sociedade capitalista produz os indivíduos que precisa para poder funcionar de acordo com sua lógica, as pessoas são levadas a entenderem o mundo da forma como lhes é passada. Com isso perde-se toda forma individual de agir e de ser. Ocorre, segundo o autor, uma “violência educativa” no momento em que há a obrigação de atender a um modelo pré-determinado sem a possibilidade de discernir entre o que é intimamente uma experiência própria e o que é algo imposto por uma sociedade estruturada racionalmente. Por conseguinte, “a sociedade só existe nos interstícios do sistema, onde novas relações, novas solidariedades elaboram-se e criam novos espaços públicos na luta contra a mega-máquina e suas devastações...”. (idem, p. 175).

Estando à mostra uma sociedade em desestruturação intimamente ligada com a esfera econômica, o autor propõe que somente através da diminuição progressiva do trabalho é que o homem será capaz de reencontrar-se e derrocar sua formação economicamente racionalista.

Uma redução programada da duração do trabalho, sem perda de renda real, aliada a um conjunto de políticas que permitam ao tempo liberado ser um tempo de aperfeiçoamento; são essas, na opinião do autor, as maneira certas de desestruturar o pilar do trabalho racionalizado no interior da sociedade. Esse tipo de ação é o que atribui sentido à economia de tempo de trabalho, caso contrário será somente mais uma forma de persuadir os desejos e as ascensões do homem – enquanto ser disposto a transpor a barreira da racionalização – sem garantir a ele o direito de integrar-se socialmente independente da sua relação com o trabalho e o consumo.

Por isso Gorz salienta a hipótese de que a partir do instante em que a duração do trabalho diminuir e a qualidade das tarefas aumentar, toda a mão-de-obra será redistribuída de forma que todos os que desejam terão a oportunidade de desempenharem algum tipo de atividade. Uma nova ordem passaria a reger o tempo de trabalho, não seria mais o princípio da racionalização, mas sim o princípio da justiça.

Novamente, então, se encontrará no trabalho a possibilidade de suprir carências humanas, tal qual a renovação, a inovação e também a receptividade social. Trabalhar menos e ainda com qualidade auferirá aos que o realizam a satisfação de estarem cumprindo algo realmente útil para a sociedade, enquanto instituição coletiva, e enobrecedor para o homem, símbolo da individualidade no trabalho.

Em síntese o autor espera que o foco para a descentralização da sociedade do trabalho esteja, primeiramente, na superação das barreiras da consciência humana, pois nela foi imposto

um conceito “moderno” de trabalho que como tal é extremamente racional. Num segundo momento, a redução do trabalho, por ser aceita pela consciência coletiva, refletiria no tempo liberado, um tempo de aperfeiçoamento pessoal, em detrimento da idéia de reconstituição para um novo dia de trabalho. Nestas circunstâncias é que o lazer, como atividade enobrecedora do tempo liberado, poderia ser uma alternativa singular, para esse fim. Entende-se, portanto, a relação de extrema importância que existe entre o trabalho e o lazer, uma vez que é a transposição da barreira da racionalidade no trabalho e a busca pelo tempo de não trabalho que dá ao lazer a oportunidade de se efetivar.

Deste modo, a perspectiva positiva considera viável e já em andamento a constituição de uma sociedade fundamentada nos ditames do lazer, e não mais nas regras do trabalho. Todo o alicerce de tal fato está na reeducação, como ressaltam os autores, a qual solidifica a incorporação dos conceitos relativos à necessidade de auto-satisfação através do tempo livre e não por meio do regozijo por mais um dia trabalhado. Portanto, baseando-se na crise da sociedade do trabalho há a possibilidade efetiva de considerar o lazer o grande mentor da vida em sociedade.

3 PERSPECTIVA NEGATIVA: O TEMPO LIVRE E A OPRESSÃO OCULTA AO TRABALHADOR.

Da mesma maneira que, na perspectiva positiva, o tempo liberado do trabalho carrega consigo a possibilidade de dar ao trabalhador um momento de descanso e libertação, na perspectiva negativa, ele é considerado um símbolo de exploração e manutenção do sistema capitalista. Para que o debate acerca deste último ponto de vista seja consumado, é importante ressaltar diferentes formas de tratamento desta perspectiva, no intuito de dismantelar o culto ao trabalho e descobrir os motivos reais que causam e justificam o uso do tempo livre, como um tempo apropriado pela égide do capital.

Assim, é necessário efetuar uma análise do manifesto *O direito à preguiça* (1999), escrito por Paul Lafargue, que mostra, entre outras coisas, como a apologia do trabalho, feita inclusive pela classe trabalhadora, é maléfica à humanidade.

Mesmo a filósofa Marilena Chauí, a qual realiza o prefácio da obra de Lafargue, sustenta que houve uma inversão temporal em relação à veneração e à negação do tempo de trabalho. A sociedade, para ela, atravessou a época de horror ao trabalho, percorrendo hoje os caminhos de aceitação reverenciada ao tempo em que se trabalha, corroborado pela não aceitação do tempo ocioso. Esse marco temporal de mudança nas regras sociais está demarcado pelo momento em que a sociedade capitalista insere-se como sistema dominante e a lógica racional toma conta das conotações da vida em sociedade de tal forma que o tempo de trabalho adquire todas as significações racionais que sua condição permite. Para Chauí, mais do que uma mudança na ordem social em termos da relação trabalho *versus* tempo livre, a ética burguesa conseguiu tornar-se ética proletária, na medida em que as preocupações do capital somaram-se às preocupações da classe trabalhadora.

Consciente do mal implícito ao trabalho, Lafargue (1999) remete-se à preguiça como um tempo em que os trabalhadores estão aparentemente distantes do regimento do capital. No entanto, pode-se dizer, em consonância com o que está sendo defendido nesta seção, que a sociedade administrada pelo capital controla tanto o tempo de trabalho como o tempo livre, neste caso o tempo de descanso e preguiça, haja vista que o proletário ocioso luta pela conquista do tempo de labuta ao invés de gozar de seu tempo disponível. Por este argumento é que o autor julga estranha a paixão que se insere entre o homem e o trabalho. Mais do que isso, o autor

afirma categoricamente que o proletariado deixou-se iludir por seu amor ao trabalho e assim, “traíndo os seus instintos” e “pervertendo-se pelo dogma do trabalho” criou todas as suas misérias individuais e sociais.

No século XIX a grande conquista revolucionária do proletariado foi limitar o dia de trabalho para doze horas. Tal momento histórico foi concebido pelo autor como o século da dor, da miséria e da corrupção. Diante desta realidade, Lafargue ironicamente sustenta: “Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem para que ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista”.(LAFARGUE, 1999, p. 79).

Ainda no contexto de escárnio das palavras de Lafargue (1999), nota-se que sua crença baseava-se em três horas de trabalho diárias, sendo o resto apenas para que o trabalhador festejasse, sem fazer absolutamente mais nada. Corroborando seu credo, salienta que o proletário tem por função munir-se de sua força, enquanto motor do sistema capitalista, e lutar contra a moral cristã e econômica, a fim de proclamar seu “Direito à Preguiça”.

No entanto, há um desapontamento em termos da realização da bravura e do poder do trabalhador, já que este não tem consciência de que o trabalho é um flagelo e foi introduzido pelo sistema em sua mente, no ponto de vista de Lafargue. Por isso, mais difícil do que aniquilar o culto ao trabalho é dominar a paixão proletária pelo mesmo de forma que se deixe emancipar deste cárcere. Ainda em termos do amor demasiado do homem em relação ao trabalho, é verdadeiro afirmar que à medida que a máquina ganha espaço e se aperfeiçoa, o homem busca restituir o trabalho roubado pela máquina, ao invés de se aproveitar deste fato para prolongar seu tempo de descanso. Além disso, a própria classe trabalhadora, contrária ao seu próprio ócio, cria a possibilidade de prazer e elogio à preguiça aos capitalistas, na medida em que produz para a reprodução do sistema capitalista e para o superconsumo da burguesia.

Diante da “loucura” do proletariado, caracterizada por Lafargue (1999), a classe capitalista encontra-se com o problema do consumo já que os trabalhadores têm seu poder de consumo reduzido, dada a sua avidez pelo trabalho. Assim é que a falsificação das necessidades é âncora de ação para os capitalistas, cuja função é criar e recriar mercadorias para o consumo crescente. Desiludido com tanta ignorância, nosso autor argumenta: “no entanto, a despeito da superprodução de mercadorias, a despeito das falsificações industriais, os operários atulham o mercado, implorando: trabalho! trabalho!”.(idem, p. 99).

Assim sendo, a realidade perversa que cerca o trabalhador não o deixa perceber que a solução para seus problemas é a racionalização do trabalho para que todos tenham a possibilidade de trabalhar menos, como já foi aqui explorado sob o ensejo de Gorz. A idéia, pelas palavras de Lafargue, é “impedir e não impor o trabalho”, o que na prática significa diminuir a jornada de trabalho. Mas, a não concretização desta solução faz o autor crer que apenas a preguiça possa ser o “bálsamo das angústias humanas”.

A inversão do modo de pensar a sociedade proposta pelo autor pode ser resumida pela seguinte passagem:

Se, extirpando do peito o vício que a domina e que avilta sua natureza, a classe operária se levantasse em sua força terrível, não para exigir os Direitos do Homem, que não passam dos direitos da exploração capitalista; não para reivindicar o Direito ao Trabalho, que não passa do direito à miséria, mas para forjar uma lei de bronze que proíba o trabalho além de três horas diárias, a Terra, a velha Terra, tremendo de alegria, sentiria brotar dentro de si um novo universo [...] (idem, p. 112)

Tal constatação leva à reflexão de que a mesma apatia que assolava a classe trabalhadora no século XIX, volta a se fazer presente na realidade posta pelo século XXI: há uma equivalência no tratamento reverencial do trabalho, em detrimento do tempo livre. Isso se faz verdadeiro na medida em que somente após os dias trabalhados é que se tem o direito de gozar da ociosidade do tempo de lazer. Desta forma, fica evidente a comprovação da hipótese defendida no terceiro capítulo, em que há um ciclo de causalidade entre trabalho e lazer, sendo o trabalho o pressuposto do tempo livre, bem como o tempo livre um tempo de revigoramento para a perpetuação do tempo dominado pelo capital e, portanto, a serviço da reprodução do sistema capitalista.

Na mesma linha crítica, Valquíria Padilha na obra *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*, defende que, na sociedade capitalista, o tempo de não-trabalho não se caracteriza como um tempo de plenitude e autêntica individualidade. Pelo contrário, este tempo cede espaço para a grande problemática social deste século, o desemprego. Diante deste panorama em que, por um lado, há um incentivo à redução da jornada diária de trabalho e, por outro, paradoxalmente, essa realidade é contrastada pelo uso não edificante do tempo ocioso, a autora levanta questões contundentes, relativas à comprovação da tese na qual o tempo livre não se configura um instrumento de emancipação humana, pois está colocado em uma sociedade que não permite esta realização. No intuito de dar vazão a esta hipótese, a autora explora questões referentes à problemática existente entre desemprego e sociedade do trabalho, entre trabalho e tempo-livre, e ainda entre lógica capitalista e emancipação humana.

O sistema capitalista necessita da “crise”, pois é nela que a transformação no modo de explorar se faz sem capacidade de negação, e de certa forma, há apoio e concordância ao que está sendo posto, sem a percepção de que é uma **nova** maneira de manutenção da situação proletária, que mantém o padrão de produção e de consumo necessários à reprodução desta forma de sociedade. Nessa lógica, as empresas, como símbolo do sistema, aderem às estratégias pró-lazer como solução de uma crise da sociedade do trabalho, para aumentar a produtividade, reduzir os gastos e caminhar rumo à majoração da lucratividade. É dessa forma que o pensamento empresarial justifica a implantação de novos métodos de exploração⁵, bem como o sistema aprova a existência da crise, na perspectiva de solucioná-la.

A flexibilização do trabalho é uma dessas estratégias usadas pelo empresariado para aumentar a produtividade proletária, com a justificativa de que uma nova forma de organizar o trabalho incita um aumento na qualificação dos trabalhadores. Este argumento, porém, abre espaço para que Padilha (2000) questione o nível de qualificação que realmente é auferido aos trabalhadores, já que a oportunidade de qualificação atinge uma parcela pequena de trabalhadores, além de destruir e alterar suas próprias habilidades. Diante da situação que comprova a realidade nociva que se põe frente ao trabalhador, tem-se a constatação de que qualquer mudança de ordem legal, tecnológica ou organizacional afeta diretamente o trabalho, como centro em torno do qual giram a economia e a sociedade.

Na perspectiva marxista, a redução da jornada de trabalho abre espaço para a ampliação do tempo livre, confirmando a possibilidade de emancipação humana. No entanto, a autora realiza uma reflexão sobre esse argumento, dialogando com a tese do fim da centralidade do trabalho. A autora, seguindo as argumentações já conhecidas de Ricardo Antunes, ao mesmo tempo em que assinala que tem havido uma redução do trabalho no processo produtivo, nega que este venha perdendo sua centralidade. Para ela, tem ocorrido, contraditoriamente, um deslocamento dessa centralidade: “no meu entender, parece precipitado afirmar pelo fim do trabalho como categoria central, o que não quer dizer que não seja indispensável e urgente haver reflexões sobre as conseqüências das transformações atuais para o mundo do trabalho” (PADILHA, 2000, p. 44).

⁵ A expressão “novos métodos de produção” está sendo usada no sentido de salientar o uso do lazer como um dos métodos usados pelo capital para opressão oculta do trabalhador.

Partindo para a reflexão mais detalhada, Padilha (2000) disserta que a luta pela redução da jornada de trabalho e pela diminuição da intensificação da produção, acabou fazendo do “tempo” uma fonte de poder social, e como tal passou a ser possuído por uma determinada camada da sociedade. Na condição de artigo possuído e explorado por poucos, o tempo assume a lógica capitalista, no momento em que este é apropriado pela racionalidade econômica. Nesta égide, o tempo livre, como uma das atribuições dada ao uso do tempo, é incorporado, isto é, produzido pela lógica capitalista e inviabiliza, consoante a autora, a emancipação humana.

Ademais, se o lazer corresponde à ocupação de uma parte do tempo liberado do trabalho então, segundo Padilha (2000) não existe lazer se não há trabalho, já que este, em outras palavras, é a “libertação das obrigações”. Desta forma é verdadeiro afirmar que o tempo de não trabalho configura-se como um tempo de descanso e divertimento. No entanto, a crítica emerge a partir do instante em que se constata a existência do lazer como uma maneira de compensação de algo que está se perdendo: o trabalho. Para a autora, “os trabalhadores só procuram a compensação das atividades de lazer porque o trabalho não propicia o equilíbrio de sua personalidade. No entanto, se o lazer reflete toda a insatisfação no trabalho, ele não parece ser capaz de possibilitar qualquer tipo de realização”. (idem, p. 62).

O lazer tanto é um tempo compensatório que o próprio pensamento empresarial o designa desta maneira. Assim, as empresas pregam uma relativa “humanização” do trabalho, difundindo o lazer como uma nova visão do capitalismo.

Além de ser considerado, de forma verídica, como um tempo de “indenização” pelo trabalho realizado, o lazer também é visto como um tempo de dispêndio, já que as atividades desenvolvidas neste tempo estão diretamente ligadas ao prazer de consumir. Desta forma, o lazer se transforma em mais uma mercadoria passível de consumo. Sendo assim, existe uma íntima relação entre consumo e lazer que gera resultados positivos para a perpetuação do sistema capitalista. Logo, concretiza-se a hipótese de que o lazer é uma forma oculta de exploração proletária e fonte de dinamismo e continuísmo para o sistema.

No que tange a relação entre consumo e lazer, vale ressaltar a contribuição de João Bernardo (2004) ao elencar em sua obra *Democracia Totalitária: Teoria e Prática da Empresa Soberana*, argumentos que ratificam a produção do consumo alicerçada nas diferentes formas de lazer. Para ele a lógica da oferta e demanda conforma-se de tal maneira que a demanda está completamente subordinada a oferta da mesma forma que os valores de uso tornaram-se

decorrentes dos valores de troca. Isto é, as formas de lazer disponíveis no mercado refletem os padrões impostos pelas empresas, e ao aceitá-los, as pessoas – paralelamente – moldam-se a estes padrões refletindo diretamente nas modalidades da oferta, a procura de bens de consumo. Com a produção em massa em pleno andamento “as necessidades passam a ser produzidas ao mesmo tempo que os próprios bens destinados a satisfazê-las, [...] e tornam os valores de uso decorrentes dos valores de troca”. (BERNARDO, 2004, p. 65)

Por sua vez, João Bernardo, na mesma obra anteriormente citada, corrobora a hipótese de que o lazer é uma forma oculta de exploração proletária relatando que ao mesmo tempo em que os ócios determinam as necessidades dos consumidores, criam-se – através deles – condições para a produção e a reprodução da própria força de trabalho. O exemplo verídico de sua afirmação é a facilidade e a necessidade das novas gerações de se habituarem aos divertimentos eletrônicos, fato que enaltece um divertimento com fins de inserir com facilidade mudanças nos meios de produção e assim preparar a futura classe trabalhadora para as divergências do mercado. Já na obra *Economia dos Conflitos Sociais*, João Bernardo (1991) afirma que é exatamente no período de ócio que a classe trabalhadora caracteriza-se como consumidora, desse modo, o ócio passa a ser absolutamente necessário como para restituir fisicamente o trabalhador e lhe dar condições de enfrentar mais uma jornada de trabalho. O tempo liberado deve ser entendido, portanto, como um tempo de consumo, descanso e reprodução da própria classe que o realiza.

Retomando a questão da lógica capitalista, Padilha (2000) argumenta que a própria racionalidade econômica, exposta pela inserção tecnológica, é fonte de tempo disponível. Fica exposta, portanto, a idéia de que o tempo liberado do trabalho – impregnado pela racionalidade econômica – faz parte de uma lógica de acumulação e produção intensa, já que o “aumento da produção requer, um aumento de consumo que, por sua vez, requer um aumento das necessidades”. Conseqüentemente, se é o consumo quem reforça a produção, o lazer está perfeitamente colocado como uma atividade que prepara o trabalhador para um novo dia de trabalho, mais produtivo, e ao mesmo tempo faz do trabalhador um consumidor mais ativo na sociedade em que está inserido. Neste sentido, a autora lembra que esta transformação no mundo do trabalho tem como reflexo o desemprego, que como tal pode desestimular o consumo, na medida em que o poder de compra do trabalhador se esvai nas entrelinhas de um sistema, futuramente, não mais baseado no trabalho.

Como já foi citado, Lafargue (1999) acreditava que a redução do tempo de trabalho poderia ser a fonte da emancipação humana. No entanto, na visão defendida por Padilha (2000) e que vem ao encontro da confirmação da hipótese aqui levantada, é difícil ocorrer um imperativo de uma vida melhor diante de um tempo liberado pelo trabalho se este tempo continua a respeitar a lógica do capital. Sendo assim, não há possibilidade de haver emancipação humana, nem real liberação do trabalho se a vigência de reduzir as horas trabalhadas se concretizar no sistema capitalista. Pelas palavras da autora, “o capitalismo é opressivo e não tem como propiciar a realização humana em sua totalidade, mesmo que tenha capacidade de aumentar o tempo livre” (PADILHA, 2000, p. 97). De modo conclusivo, Padilha (2000) deixa claro que é exatamente a lógica do capital que faz do tempo livre e o do capitalismo um par imperfeito.

A mesma autora procurou confirmar esta discrepância entre capitalismo e tempo livre, bem como comprovar que o uso do tempo liberado do trabalho está relacionado à manutenção do sistema através da lógica consumista, analisando e relatando criticamente a estrutura dos “shopping centers” como centros de consumo e lazer. A proposta de Valquíria Padilha (2006), em sua obra *Shopping Center: a catedral das mercadorias*, é relacionar todos os elementos que fizeram do shopping center um centro de discriminação, segregação social, disseminação da aparência em detrimento do real, e também um lugar de realização do tempo de não trabalho. Assim, o que se insere diretamente no debate acerca do tempo livre é esta última visão: o *shopping center* como templo de confirmação do ócio, fundamentado no consumo contínuo.

Para inserir a problemática em questão, vale ressaltar uma visão crítica acerca do *shopping center* como centro de consumo em massa, bem como levantar os aspectos gerais no que tange a formação da sociedade baseada nesta prática. Munindo-se desta breve contextualização será facilitada a tarefa de entender o espaço urbano como núcleo de disseminação prática do tempo de não trabalho na perspectiva negativa, porém real, de que sua concretização se realiza via atividade de consumo.

Os centros comerciais começaram a surgir a partir de 1930 como uma última etapa do desenvolvimento da sociedade de massas participando de forma contundente na formação de uma nova “cultura urbana”, isto é uma nova estruturação das cidades, que passaram a conter centros para a realização do consumo. Não é no contexto do shopping com sua aparência agradável, prática e bonita que a autora busca inferir sua análise, mas sim no contingente de “um espaço privado que se traveste de público para dar a ilusão aos consumidores de que se trata de uma

‘nova cidade’, mais bonita, mais limpa e mais segura que a ‘cidade real’[...]” (PADILHA, 2006 , p. 23).

Essa visão crítica da autora prova que não existe outro lugar que represente tão fielmente o *locus* privilegiado da sociedade capitalista concretizada na sociedade do consumo. Afinal, o *shopping center* é concebido criticamente como um complexo comercial que fabrica o homem com a característica primordial de adaptá-lo à obsessão capitalista pelo lucro.

Com égide na busca pela “qualidade de vida”, Padilha (2006) argumenta que os espaços públicos geridos pelos estados e pelo governo vão se tornando inseguros e impróprios para a realização do lazer, de tal forma que o *shopping center* passa a cumprir esta função com mais propriedade. No entanto, o prazer proporcionado por estes espaços artificiais tem por objetivo impedir a possibilidade de conscientização do ser humano de que seu “tempo livre” está sendo plenamente manipulado, em termos de aproveitamento consumista para o capital. E é neste contexto que Padilha afirma que “o lazer incorporou-se aos *shoppings centers* de forma tão significativa que hoje confundimos centro de compras com centro de lazer” (idem, p. 26).

O *shopping center*, pela visão crítica – como uma cidade artificial dominada pelo capital – denomina-se “*shopping center* híbrido”, segundo conceituação da autora. Neste espaço as pessoas idolatram as mercadorias de tal forma que o consumo ultrapassa a barreira das necessidades, sendo um ato de veneração de marcas e imagens, ao mesmo tempo em que são vítimas da segregação social: “o consumo de mercadorias começa, então, a significar um mergulho em fantasias e status social, na medida em que os objetos passaram a ser adquiridos não pelo seu valor de uso, mas pelo significado social de sua posse.” (idem, p. 55).

No instante em que o consumo torna-se atração, passeio e realização de desejos, seus domínios adentram o campo do lazer. Reforçando o sentimento de liberdade e corroborando o sentimento de felicidade das pessoas, os centros comerciais são efetivamente ligados à idéia de lazer, pois satisfazem os desejos humanos. Tanto que hoje, empiricamente as pessoas, como consumidoras, **exigem** *shoppings centers* de lazer. Deste modo, “associar lazer e comércio é mais uma estratégia econômica que supera a preocupação com a ‘qualidade de vida’ das pessoas, mas paradoxalmente o faz em nome dessa ‘qualidade de vida’.” (idem, p. 68).

Por conseguinte, a questão que corrobora a versão crítica de interpretação do tempo-livre está baseada no argumento de que a indústria da cultura, e no seu interior enquadra-se o *shopping*

center, transforma o ‘tempo-livre’ dos trabalhadores em extensão do tempo de trabalho, uma vez que no tempo de não trabalho há o regimento das mesmas regras dadas pelo capital.

Desta forma, o lazer, tal qual o consumo associado aos centros comerciais, torna-se um tempo compensatório ao trabalhador que se desgasta a serviço do capital. Portanto, há um processo de aprofundamento do trabalhador como ser alienado ao trabalho, pois dedica seu ‘tempo livre’ à sua recuperação, para desenvolver, cada vez melhor, suas atividades. Assim, a própria racionalidade da sociedade capitalista age sobre o tempo livre dos trabalhadores determinando suas vidas no tempo de trabalho e fora dele.

Por isso o homem da sociedade industrial vive em constante paradoxo: “deve primeiro economizar o tempo – e para esse fim desenvolve inúmeras técnicas – para gastá-lo depois”.(idem, p. 143).

Partindo do fato de que o *shopping center* é um centro de consumo, e considerando-se que nestes lugares estão postos os donos do capital, pode-se afirmar que os donos do capital são ao mesmo tempo os donos do tempo, pois quem rege o tempo é o próprio capital. Por isso, Padilha (2006) argumenta que não é somente a posse do capital e o domínio dos meios de produção que caracteriza o capitalista, mas também o controle do tempo dos trabalhadores, dentro e fora do ambiente de trabalho. Sendo assim, o tempo se torna uma moeda e o tempo de trabalho se vende no mesmo propósito que o tempo de lazer é comprado. Isto é, dentro do propósito capitalista, os donos do capital se apropriam do tempo de trabalho e do tempo fora dele. Assim, o tempo passa a ser uma moeda comandada pelos donos do capital, e os trabalhadores vendem o tempo de trabalho para poderem comprar o tempo livre. Comprar no sentido de poder usufruir um tempo fora do trabalho, com atividades substancialmente de consumo. De fato, como é o capitalista o detentor do tempo de trabalho, já que ele o possui no momento em que o compra, e do produto do trabalho, o trabalhador torna-se alienado no e pelo trabalho que realiza, por não estar realizando para si próprio. Vale lembrar que este é o movimento que rege o sistema capitalista de produção.

Para a autora, diante da dinâmica de funcionamento do capitalismo, a real emancipação do trabalhador se dará somente no momento em que o próprio sistema deixar de existir, de tal forma que inexista a alienação do trabalhador: “mais do que isso, emancipação é a libertação de todo ser humano da perversa lógica do capital...” (idem, p. 163). Com esta constatação, percebe-se que o “tempo livre” não possui coerência alguma para se enquadrar em tempo de libertação e emancipação do ser humano, pelo simples fato de não ser este um tempo em que o homem foge à

lógica capitalista. Pelo contrário, o tempo de lazer incentiva e manipula a conformação das atividades de maneira que o trabalhador esteja, integralmente, contribuindo para a reprodução do sistema.

É nesse sentido que a autora afirma: “assim, para que o chamado tempo livre fosse verdadeiramente livre seria preciso muito mais que a redução na jornada de trabalho; seria preciso uma superação da racionalidade econômica do capital”. (idem, p. 166).

Neste caso, Padilha aceita que o lazer se torna uma atividade compensatória para um novo dia de trabalho, sendo este, portanto, o causador dos problemas e o lazer a resolução e o alívio deles. Então, se o lazer reflete a insatisfação do trabalho, ele não cumpre a função de auferir felicidade e satisfação para os que o realizam, nem tampouco cumpre sua função primordial, que é refletir sobre os momentos de contradição da sociedade.

Nasce nesta realidade uma visão funcionalista acerca do lazer, na medida em que é concebido como um instrumento de cura para o mal que o sistema causa à sociedade. Por isso sustenta Padilha (2006, p. 174):

As atividades de lazer são compreendidas como válvulas de escape das tensões sociais, contribuindo, então, para manter as pessoas em equilíbrio, de forma a não extravasarem para transgressões da ordem social [...]. Se o lazer é entendido como simples assimilador de tensões, ele não pode servir como possibilidade de reflexão, de análise da conjuntura ou de conscientização política das diferenças e injustiças sociais. [...] o lazer poderia ser um tempo para essa reflexão não revolucionária – além de ser um tempo de diversão e descanso – se a sociedade na qual está inserido tivesse outra forma de organização.

Percebe-se, contudo, que o lazer carrega consigo uma contradição iminente: ao mesmo tempo em que tem a capacidade de ser um tempo destinado à reflexão, é somente um tempo que atende às exigências do capital. Esta segunda afirmação permite a aproximação efetiva do tema relacionado ao espaço de consumo, caracterizado pelo *shopping center*, já que neste lugar tudo se resume a um artigo vendável, até mesmo o tempo livre. Logo, é no *shopping center* que se dá o fornecimento do lazer na forma mercadoria, o que reproduz a tendência histórica à mercantilização de tudo.

A alienação deste lugar é tão grande que mesmo diante de uma segregação social explícita, dada a impossibilidade de consumo de parcela considerável da sociedade, todos se mostram enfeitados pelo lazer alienado que os *shoppings* oferecem: os que gozam da possibilidade de frequentá-lo e os que não gozam. Claramente este processo é reflexo de uma cultura massificada que, corroborada pela publicidade, incita nas pessoas o desejo de inserção ao

centro consumista da sociedade capitalista. No mesmo sentido da segregação, o *shopping center* privatiza o lazer, na medida em que ocupa os espaços urbanos em detrimento dos que não fazem parte deste contingente.

Em termos práticos, Padilha (2006) explora os espaços no interior do *shopping center* que realizam o lazer: as salas de cinema, os jogos eletrônicos, a praça de alimentação, os eventos artísticos, os brinquedos e etc. Para ela, o ser humano entra em contato com estes instrumentos de lazer, venerando os objetos, esquecendo da sua condição humana e passa a cultivar a realização de sua necessidade de possuir algo vendável.

No entender da autora, o lazer promovido pelos centros de consumo está imune às formas de não-liberdade, fornecendo continuidade e integrando as estratégias de dominação da lógica capitalista. Logo, o *shopping center* é a representação da vitória da racionalidade econômica do capital dentro da sociedade a qual está exposto: “O *shopping center* pode servir, então, como uma referência para pensar não só a sociedade capitalista em geral, mas também a ‘sociedade do consumo’ e de lazer, vista como um ‘mundo encantado’ que, num ‘delírio coletivo’, obscurece a consciência dos seres sociais”.(idem, p. 184).

Todo o arcabouço teórico explorado acerca da dupla *shopping center* e lazer permite concluir que está posta uma nova conformação e apropriação do espaço urbano. Como centros de consumo, os shoppings estrategicamente dominaram as cidades, aproximando-se dos consumidores potenciais, e aliaram o lazer a sua tática de inserção no intuito de oferecer todos os instrumentos de predomínio e continuísmo da lógica capitalista.

A aceitação da hipótese de que o tempo livre configura-se, verdadeiramente, como um tempo de consumo pode ser interpretada e analisada sob diferentes perspectivas. Theodor Adorno e Max Horkheimer, como membros da Escola de Frankfurt preocuparam-se com a crítica da ideologia e com a maneira pela qual se produzem e reproduzem os sistemas de dominação na expressão de interesses, conflitos e contradições. Para eles, se a racionalidade técnica da indústria cultural é a própria racionalidade da dominação, e se o tempo de não trabalho está inserido no modelo atual da cultura dos homens, este tempo, detém em sua concepção um caráter dominante e um fim último de limitação da capacidade de auto-satisfação dos trabalhadores e empregados, enquanto protagonistas da atividade de consumo.

Diante deste argumento, vale explorar, momentaneamente, a conceito de indústria cultural, para que a discussão acerca do tempo livre esteja dotada de fundamentação e

discernimento suficientes. Para tanto, entende-se que a indústria cultural permanece como a indústria da diversão, uma vez que, prega a exacerbação da satisfação humana através de atividades relacionadas à arte, cinema, música, riso e lazer. Nesta mesma indústria admite-se a lógica da inclusão social, tal qual a lógica do capital, no intuito de convencer aos trabalhadores e aos consumidores em potencial a buscarem o mito do sucesso através do arraigamento do corpo e da alma dos mesmos às estratégias de ascensão do sistema capitalista.

Adorno (1995), em sua obra *Palavras e Sinais*, salienta que as pessoas desempenham um papel social, já que a sociedade as impõe diferentes formas de ação na tentativa de desenhar as percepções sociais convenientes para determinado período histórico e pela lógica de dominação vigente. Por isso não há uma divisão consistente entre as pessoas em si e seus papéis sociais. Esta questão tem grande relevância na análise do tempo livre, pois as pessoas se dizem convictas de que agem por vontade própria neste tempo, ou seja, de que estão desempenhando suas percepções inerentes, no entanto, esta vontade é modelada pelo desejo de estarem livres do horário de trabalho, e, portanto, estão claramente realizando o papel social de negar a centralidade do trabalho.

Tomando o espaço do tempo de não trabalho, por sua vez, Adorno (1995) acredita que as pessoas nascem inseridas em relações de produção e, assim sendo, mesmo com a intensificação da produtividade no trabalho como fato gerador de tempo excedente às atividades laborais, persiste a questão da não liberdade nem no trabalho e tampouco fora dele. Por isso, percebe-se que o tempo livre toma uma direção contrária ao seu próprio conceito. “Nele se prolonga a não-liberdade, tão desconhecida da maioria das pessoas não livres como a sua não-liberdade em si mesma”. (ADORNO, 1995, p. 71) Indo além, diz-se que no tempo livre prolongam-se as formas de vida social organizada segundo o mesmo regime de lucro que rege o tempo de trabalho:

É bem conhecido, e nem por isso menos verdadeiro, que os fenômenos específicos do tempo livre como o turismo e o ‘camping’ são acionados e organizados em função do lucro. Simultaneamente, a distinção entre trabalho e tempo livre foi incutida como norma à consciência e inconsciência das pessoas. Como, segundo a moral do trabalho vigente, o tempo em que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força de trabalho, o tempo livre do trabalho – precisamente porque é mero apêndice do trabalho – vem a ser separado deste com zelo puritano. [...] Essa rígida divisão da vida em duas metades enaltece a coisificação que entrementes subjugou quase completamente o tempo livre. (idem, p. 73).

É explícito para o autor, que o tempo livre não é dotado de autonomia e liberdade. A prova maior de sua concepção vem do sentimento de tédio que se instala nas pessoas diante das

suas vidas em função da coação do trabalho. Se a conduta do tempo fora do trabalho oferecesse verdadeira emancipação, o tédio não se instalaria e as atividades então praticadas teriam pleno sentido em si mesmas. Da mesma forma a atividade do tempo livre atende ao apelo social de integrar socialmente quem as pratica, caracterizando ainda mais a pré-disposição do tempo livre de atender à lógica do capital, e concretizar as relações entre este tempo e a indústria cultural através da prática consumista.

Conforme todos os argumentos sustentados nesta seção, o tempo livre configura-se como uma extensão do tempo de trabalho adaptado à lógica do capital de perpetuar sua dominação, através da atividade de consumo e através da disseminação da crença pela busca de liberdade e emancipação existentes apenas no tempo em que não se trabalha. Mas estaria a sociedade ocidental vivendo a perda da centralidade do trabalho? Existe, realmente, uma crise da sociedade fundamentada no trabalho? O trabalho não mais representa o centro e a estrutura do modo capitalista de produção?

Para adentrar nesta esfera do debate, o autor que traz sustentação teórica suficiente para a defesa de uma hipótese acerca do proposto é Ricardo Antunes (1999), com referenciais existentes em sua obra *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. Suas idéias mostram uma transformação na sociedade capitalista a partir dos anos 80, transformação esta que atingiu diretamente a função trabalho. Em pinceladas superficiais pode-se dizer que o modo de produzir adequou-se às transformações da lógica de mercado através, primeiramente, do fordismo⁶ e, posteriormente, da acumulação flexível⁷. No entanto, foi o Toyotismo, ou modelo japonês, que trouxe os maiores impactos ao mercado de trabalho mundial. Ao contrário do fordismo, a produção toyotista é determinada pela demanda, é variada e está sempre atenta para cobrir o consumo. Diz-se que o Toyotismo não somente flexibilizou o aparato produtivo, mas também a organização do trabalho desde a linha de produção até a cadeia de fornecedores, daí o fenômeno da horizontalização. Entre os elementos que permitiram essa flexibilização estão os métodos de produção: *kanban*, *just in time*, flexibilização do trabalho, terceirização, subcontratação, controle de qualidade total, eliminação de desperdício, gerência

⁶ Método de produção caracterizado pela produção em massa, linha de montagem de produtos homogêneos, pelo controle exacerbado dos tempos e movimentos através dos cronômetros fordistas, pela produção em série taylorista, pela existência de trabalho parcelar e pela fragmentação das funções.

⁷ Apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo.

participativa, entre tantos outros elementos. No que tange a flexibilização do trabalho, o toyotismo passou a dispor da força de trabalho, na mesma cadência da produção e tão logo, do mercado consumidor, através de um número mínimo de trabalhadores que passam a ser contratados para mais trabalho segundo o regime de horas extras, ou então a empresa subcontrata mais trabalhadores, de caráter temporário, em épocas de alta demanda.

Segundo Antunes (1999) a ocidentalização do Toyotismo só foi possível por que se deu dentro da lógica do sistema produtor de mercadorias. O capital aproximou-se do saber e do fazer do trabalho, inserindo no trabalhador a forma de pensar e agir para o capital, tornando todo o processo de produção extrínseco às decisões individuais e desapropriando o trabalhador da concepção efetiva dos produtos, mesmo fazendo parecer que – agora – o trabalhador domina todo o processo.

Com todas essas transformações o resultado primeiro a ser observado na sociedade contemporânea, consoante Atunes (1999), é o desemprego estrutural como consequência de uma maior heterogeneização, fragmentação, e complexificação da classe trabalhadora. Paralelamente a este fenômeno, ocorre o aumento das formas de subproletarização, através da inserção de mais trabalhadores temporários, parciais, precários e subcontratados. “As metamorfoses do mundo do trabalho” são ainda constituídas, em primeiro lugar, de um novo movimento rumo ao maior assalariamento do setor de serviços, setor este que também corresponde à lógica do capital, já que depende diretamente do setor de produção de mercadorias. Em segundo lugar, vê-se uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, exigindo, por um lado, maior qualificação do trabalho, e por outro, uma maior desqualificação. A exigência de maior qualificação decorre da intelectualização do trabalho via avanço tecnológico e científico. Já a vertente de maior desqualificação do trabalho decorre da desespecialização do trabalhador, que adere à forma terceirizada, temporária, subcontratada e parcial.

Categoricamente, pelas palavras de Antunes: “tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, o que é fundamental, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive do trabalho”. (ANTUNES, 1999, p. 54).

Não se pode conceber uma sociedade sem o trabalho como fator central, pois, mesmo com a redução do tempo físico de trabalho, a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, é o trabalho que gera valor. A superação da sociedade do trabalho

para uma sociedade emancipada supõe a redução da jornada de trabalho e a ampliação do tempo livre, ao mesmo tempo em que supõe também que o trabalho seja fonte de emancipação humana. No entanto, para que isto se torne verdade a sociedade precisa deixar de ver o trabalho como meio de vida, para passar a vê-lo como “carecimento” da vida. Enquanto estas proposições não se tornarem efetivas, bem como enquanto houver o continuísmo da sociedade do mercado e do capital, restará apenas a divagação “utópica e romântica do tempo livre no interior de uma sociedade fetichizada, como se fosse possível vivenciar uma vida absolutamente sem sentido no trabalho e cheia de sentido fora dele”.(idem, p. 86).

Para que a utopia de emancipação humana fora do trabalho concretize-se é preciso que ocorra a superação do sistema capitalista de produção, mas do que isso, é necessária a erradicação da lógica do capital e de seus meios de dominação. Antunes (1999) sustenta este argumento na obra de István Mészáros (2002) *Para além do capital*, na qual é defendida a idéia de destruição do sistema de sociometabolismo do capital, isto é, a destruição do sistema hierárquico de divisão do trabalho que subordina as atividades vitais dentro do trabalho ao capital. Com esta mudança passaria a ser verdadeiro o princípio do tempo disponível em que o controle social conformar-se-ia autonomamente, e em que o tempo fora do trabalho teria um caráter emancipador. Caso contrário, o trabalho, enquanto tal, continuará reproduzindo o poder do capital sobre si próprio.

Segundo o raciocínio de Mészáros (2002), o sistema capitalista de produção é regido pela “economia do tempo”, em outros termos, pela lei prevalecente do “tempo mínimo” através da qual os trabalhadores buscam produzir a quantidade máxima no menor tempo possível. Essa lógica cronológica cria de maneira crescente um tempo disponível total da sociedade capitalista. No entanto, o uso desse tempo é socialmente imposto aos indivíduos ativos do sistema segundo os mecanismos da lei do valor, e não é, por consequência, alocado e distribuído por cada trabalhador de modo a satisfazer suas necessidades e aspirações emancipadoras. No sistema capitalista de produção as mercadorias têm seu valor medido pela imposição do tempo mínimo sobre os que trabalham. Assim sendo, se o tempo disponível total da sociedade fosse, com a derrocada do sistema vigente, a unidade de medida da riqueza social, estariam em jogo as especificações da lei do valor, e, portanto, o fim da lógica do capital. A partir deste novo parâmetro de produção, a lei do tempo disponível teria condições de levar em conta as necessidades, os desejos e as aspirações humanas por meio da adoção de seu inerente regulador

econômico genuíno (o tempo disponível) que, por sua vez, não estaria orientado para o lucro. A transformação social apontada por Mészáros (2002, p. 892) traria as seguintes conseqüências:

- 1) uma vez que a viabilidade das próprias atividades nas quais os indivíduos se engajam já não é mais julgada com base em estreitos critérios ‘econômicos’ (isto é, orientados-para-o-lucro), novas áreas de atividade (‘atividade livre’) são abertas graças à multiplicação do ‘tempo disponível total da sociedade’ destinado a fins produtivos em um sistema orientado para a troca de atividades; só desse modo será possível alcançar a satisfação de necessidades que não podem ser reconhecidas da perspectiva, e sob pressão, do constrangimento quase-mecânico do tempo mínimo (que deve sempre permanecer o princípio regulador da produção orientada-para-a-mercadoria).
- 2) em conjunção íntima com o ponto anterior, portanto, em vez de os próprios objetivos e prioridades serem determinados com base no que possa ser obtido pela utilização do tempo prontamente explorável dos produtores, torna-se possível, graças a enorme ampliação e redefinição do tempo disponível da sociedade, alocar o tempo para a produção de bens e serviços em uma base qualitativa, determinada por prioridades conscientemente adotadas, independente dos “homens-horas” exigidos para a realização dos objetivos escolhidos. [...] Em sua modalidade, sob o sistema comunal de produção e consumo, o tempo disponível total torna-se passível de ser gasto em atividades múltiplas que possivelmente não poderiam entrar nas equações econômicas antes impostas, por mais aguda que fosse a necessidade.

Portanto, somente com o colapso do sistema capitalista de produção é que se pode pensar na categoria “tempo disponível” como causa e, concomitante, resultado de uma mudança qualitativa nas variáveis que mensuram a riqueza social, bem como acreditar que o tempo fora do trabalho possa ser constituído de atividades que emancipem o ser que trabalha.

A vertente negativa apóia, destarte, que não há possibilidade efetivamente fundamentada e comprovada, nem mesmo indicadores, que apontem o futuro do trabalho para uma conjuntura de desfalecimento de sua centralidade. O modo de produção capitalista levantará a bandeira em defesa do tempo livre no intuito de dominar o fazer e o saber do tempo disponível – tal qual dominou o saber e o fazer no trabalho – desprovendo o trabalhador de sua autonomia no tempo livre e tornando-o escravo de seu próprio labor, por pretexto de seu consumo, agora inerente ao seu lazer. Sob o ensejo do capital, seja no trabalho, ou fora dele, o trabalhador estará – sempre – sendo dominado e oprimido pelas regras do tempo, do valor, e na sociedade contemporânea

especialmente, pelos mandamentos da necessidade de inserção consumista do ser adaptado ao sistema dominante.

4 INDICAÇÕES A RESPEITO DA OPRESSÃO OCULTA AO TRABALHADOR NO TEMPO DE NÃO TRABALHO E A NEGAÇÃO DA PERDA DE CENTRALIDADE DO TRABALHO.

A concepção positiva desta pesquisa salienta duas idéias centrais. A primeira defende que o trabalho tende a perder sua centralidade, ao mesmo tempo em que o lazer e as atividades do tempo livre ganham maior disseminação e importância no desenvolvimento da sociedade capitalista. A segunda, por sua vez, julga que este tempo de não trabalho, atribuído à sociedade do lazer, é um tempo de emancipação e de descanso para que o trabalhador tenha a oportunidade de trazer sentido a sua vida, incitar sua criatividade, enobrecer seu saber, enfim, gozar de sua libertação enquanto ser humano.

Por conseguinte, a vertente negativa argumenta dois pontos diretamente antagônicos às idéias acima elencadas. Segundo esta concepção, em primeiro lugar, não é contundente defender a perda da centralidade do trabalho em uma sociedade capitalista, e, portanto, não se faz verdadeiro afirmar que o tempo livre ganhe respaldo em detrimento do tempo de trabalho. Em segundo lugar, entende-se que as atividades do tempo de não trabalho, na sociedade capitalista, são dominadas pelo consumo, de tal maneira que o trabalhador não tenha a possibilidade de gozar de sua emancipação no tempo alheio ao trabalho.

Conflitando essas diferentes concepções, a análise prática e o cruzamento de diversas informações, delinearam-se alguns indicativos, para conceber o real entendimento da função do trabalho na sociedade capitalista, bem como um modo único de interpretar as atividades ligadas ao tempo de não trabalho, já que não é verdadeiro negar que este esteja ganhando espaço na sociedade. Nesse sentido, a pesquisa empírica buscou responder ao movimento de algumas variáveis para poder indicar a preponderância de uma única vertente dentre as que foram relacionadas. O questionário que deu vazão à realização da parte prática, aqui em questão, foi aplicado com a categoria dos bancários por se tratar de questionamentos que deveriam ser feitos em atividades completamente dominadas pela relação do trabalho assalariado. A amostra da pesquisa⁸ foi composta por 54 trabalhadores da rede bancária, sendo 32 pessoas do sexo masculino e 22 pessoas do sexo feminino. Através dos dados da pesquisa foi possível estabelecer características gerais dos entrevistados a fim de que ficasse visível o domínio do tempo de

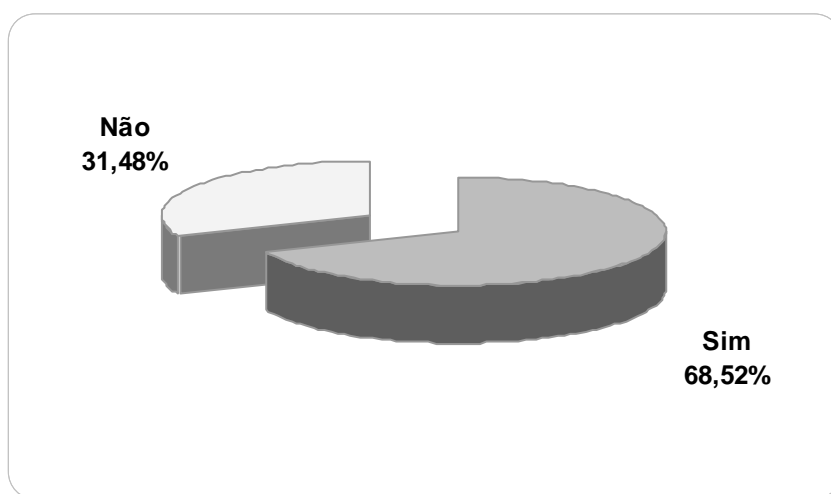
⁸ Todos os dados da pesquisa e os devidos gráficos acerca da caracterização da amostra encontram-se em anexo.

trabalho sobre o tempo livre, podendo assim considerar a amostra significativa para responder as preocupações da pesquisa.

Passemos, portanto, à apresentação e análise dos principais resultados. Constatou-se que 53% dos bancários trabalham entre 31 e 40 horas semanais, e 30% trabalham entre 21 a 30 horas semanais. O restante, 17%, afirma trabalhar mais de 40 horas semanais. O tempo de serviço formal desses trabalhadores foi o seguinte: 42% de pessoas que trabalham há mais de 20 anos contra 26% de pessoas que possuem um tempo de serviço entre 1 e 5 anos. Outros 19% têm um tempo total de serviço acima de 5 e menos de 10 anos; 7% diz ter acima de 10 até 20 anos de serviço; e apenas 6% possui até 1 ano de tempo de serviço formal em sua vida profissional. Em relação a faixa de renda desses 54 trabalhadores entrevistados ficou estabelecido que 40 % do total ganha acima de 3 até 5 salários mínimos; outros 22% recebem acima de 5 até 10 salários. Recebem acima de 10 salários mínimos apenas 19% da amostra e outros 19% recebem entre 2 e 3 salários mínimos.

A primeira problemática a ser explorada foi a “centralidade do trabalho”. Quando perguntados sobre a seguinte questão: “*Se você tivesse uma renda que garantisse sua subsistência sem a necessidade de trabalhar, você continuaria trabalhando?*”, um total de 69 % dos entrevistados respondeu afirmativamente que continuaria trabalhando, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1: Possibilidade de continuar trabalhando.

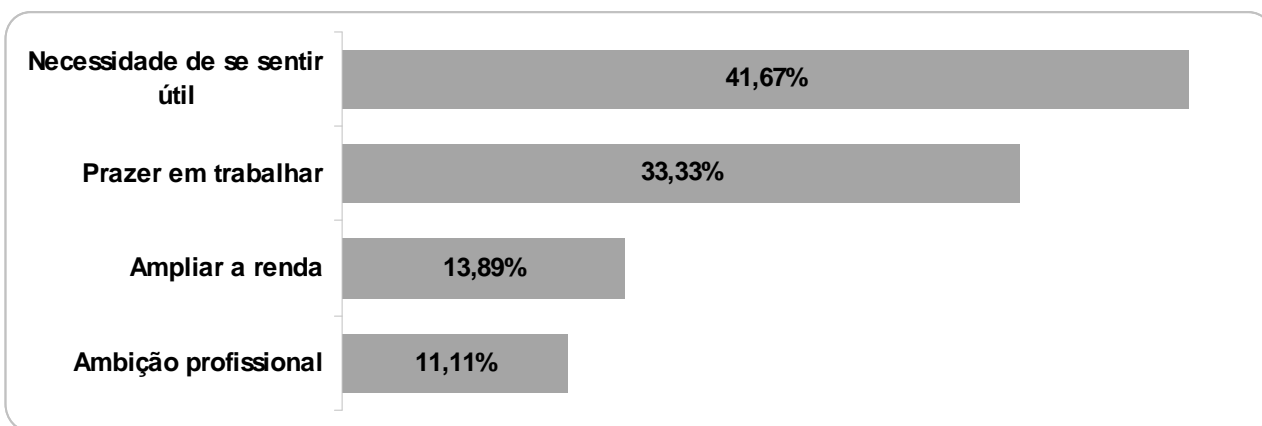


Fonte: Dados primários

Tal resultado rejeita a idéia de que o tempo livre, apesar de estar ganhando espaço na sociedade, tenha preponderado sobre o tempo de trabalho, já que os trabalhadores, neste caso a categoria dos bancários, majoritariamente escolheriam continuar trabalhando mesmo que não fosse necessário. Este dado indica que a crença de Domenico De Masi no que diz respeito à libertação da sociedade da égide do trabalho, bem como seu argumento de que as características de servidão e fadiga farão com que os trabalhadores busquem novas formas de satisfação e portanto, se desfaçam da atividade laboral como o centro de suas vidas, não condiz com a realidade da sociedade capitalista e dos personagens que fazem a sua história. Da mesma forma Krippendorf engana-se ao acreditar no lazer como centro da vida. Contrariamente ao que foi salientado por ele, o homem não está completo do ponto de vista de sua satisfação material e por isso a consciência pelo dinheiro e a satisfação através do “ter” e não do “ser” não se colocam em decadência diante da possibilidade aparente de emancipação e satisfação de “ser” via atividades de não-trabalho.

Para ratificar ainda mais essa rejeição, os entrevistados que optaram por continuar trabalhando foram questionados da seguinte maneira: “*Qual o motivo que mais justifica sua posição?*”.

Gráfico 2: Motivo para continuar trabalhando.



Fonte: Dados primários

Conforme o gráfico 2, a opção “*necessidade de se sentir útil*” com 42% dos votos e a opção “*prazer em trabalhar*” com 33 % dos votos configuraram as respostas preponderantes. Logo, o trabalho, além de desempenhar condição central e importante para os entrevistados, já que não viveriam sem ele se esta possibilidade existisse, também se apresenta como uma

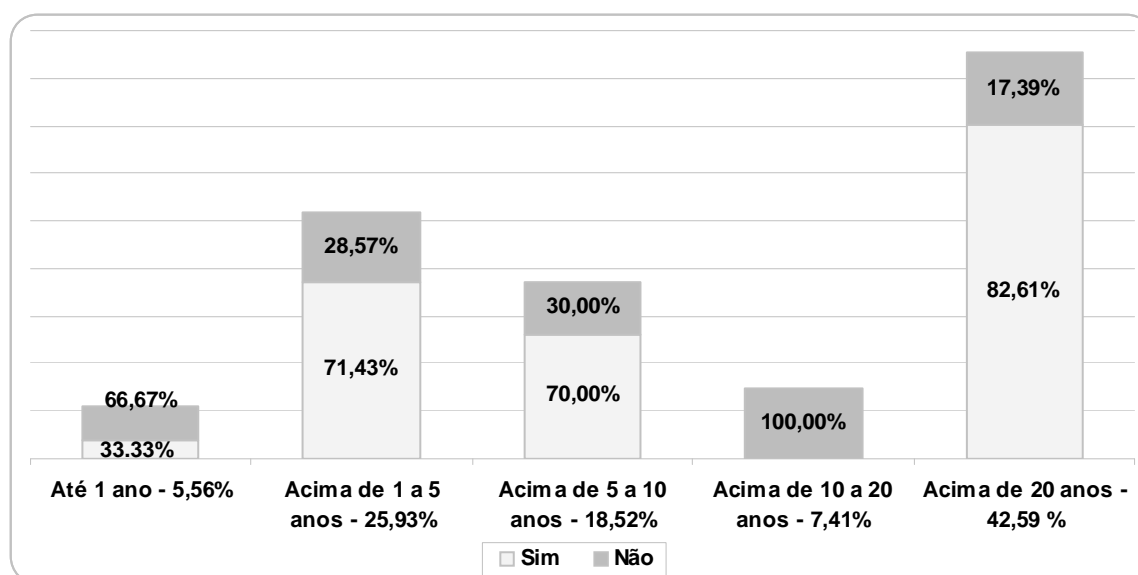
atividade que atribui a sensação de cumprimento dos deveres diários, os quais estão diretamente relacionados à função produtiva do trabalhador que, ao fim e ao cabo, nada mais é do que continuar contribuindo para o desenvolvimento do sistema capitalista, como denunciado por Paul Lafargue. A inserção do conceito de enobrecimento e de satisfação das necessidades através do trabalho, via ascensão do capital, moldou o trabalhador e o conduziu a buscar no tempo de trabalho a sua realização enquanto peça primordial para a efetiva consumação do sistema capitalista.

Agora o capital, segundo a mesma justificativa de satisfação e enobrecimento, prega a realização do ser humano enquanto peça alheia ao tempo de trabalho, isto é, através de seu tempo livre. Poderia afirmar-se algo diferente se 33% das respostas não tivessem sido elencadas na opção “*prazer em trabalhar*” o que significa que o próprio capital, que agora insere a idéia de emancipação através do tempo de não trabalho, tem que lutar contra suas contradições para desfazer a idéia, já alicerçada, de que é o trabalho que enobrece, engrandece, emancipada e realiza o homem.

A percepção de que as sensações de utilidade e de prazer estão intrínsecas ao tempo de trabalho confirma a hipótese de Ricardo Antunes em que não se pode pensar na eliminação da classe-que-vive do trabalho, tampouco na concepção de uma sociedade sem o trabalho como fator central. A preponderância da vontade de continuar trabalhando aliado aos motivos majoritários que justificam essa posição, aqui já explicitados, indicam que o trabalho é visto pelos que o executam como um meio de vida e não como “carecimento” da vida, para usar uma expressão de Antunes. Portanto, não é possível se pensar em satisfação e sentido para a vida no tempo alheio ao trabalho, isto é, o tempo fora do trabalho não constitui, na sociedade capitalista um tempo digno de emancipação humana. O tempo de trabalho como prelúdio para o tempo livre, não presencia a perda de sua centralidade, tampouco o tempo alheio ao trabalho foge da lógica de reprodução do sistema e do poderio do capital.

A centralidade do trabalho e a dependência que se estabelece em relação a ele é ainda mais aceita quando se analisa o tempo de serviço total da categoria em relação a possibilidade de continuar trabalhando se fosse possível esta escolha diante de uma renda de subsistência. O cruzamento dos dados relativos ao tempo de serviço formal dos entrevistados e a posição que tomariam diante da possibilidade de não mais trabalhar proporcionou os seguintes resultados:

Gráfico 3: Tempo de Serviço Formal X Continuará Trabalhando

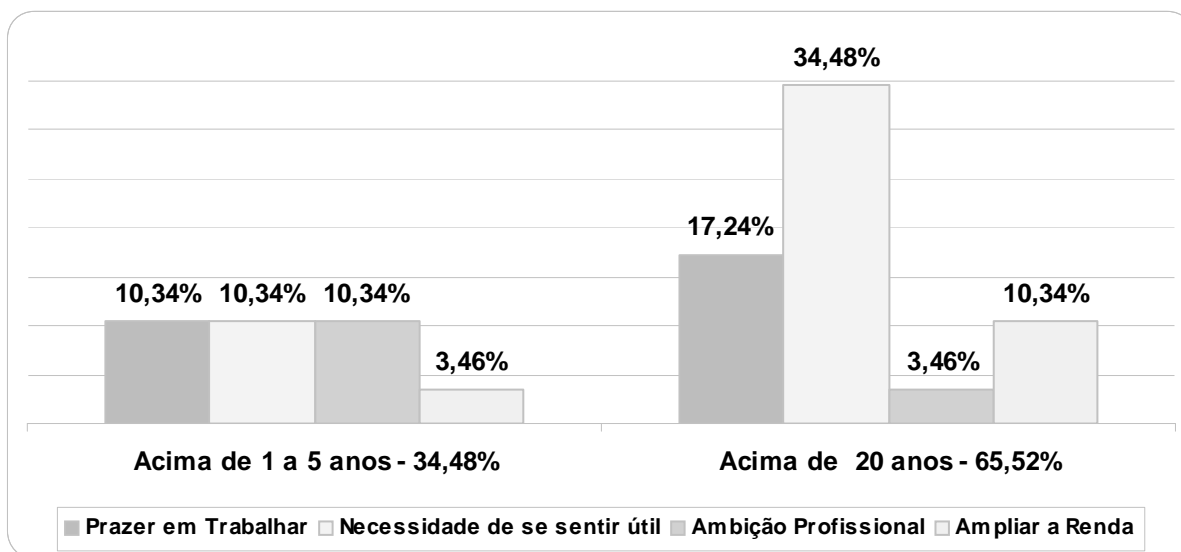


Fonte: Dados primários

Analisando o gráfico, 3 percebe-se que entre os 42,59% que detêm mais de 20 anos de serviço, a grande maioria (82,61%) optou pela opção de continuar trabalhando se existisse a possibilidade de não mais fazê-lo. Da mesma forma, entre os 25,93% que possuem um tempo de serviço entre 1 e 5 anos, também a grande maioria (71,43%) optou por continuar trabalhando se tivesse a possibilidade de escolha. O resultado do cruzamento das variáveis “tempo de serviço” e “possibilidade de não mais trabalhar” demonstrou que tanto os entrevistados inseridos há mais tempo no mercado de trabalho quanto os entrevistados inseridos a menos tempo optam, em sua grande maioria, pela possibilidade de continuar trabalhando. Essa constatação remete à afirmação de que a necessidade do tempo de trabalho e da satisfação via atividade remunerada está perfeitamente colocada pelo capital no mercado assalariado. Se mesmo os que já possuem mais de 20 anos de serviço preferem não se desfazer da atividade laboral, significa que esta prática carrega consigo características que detém e absorvem por completo os trabalhadores. E, se os que têm entre 1 e 5 anos de serviço que, relativamente, são os que estão no começo de suas vidas profissionais, também optam por continuar trabalhando, significa que é através desta atividade que eles esperam conquistar seus objetivos e suas satisfações e não no tempo fora do trabalho como salientam os que acreditam na consolidação de uma sociedade regida pelo lazer.

Os Gráficos 4 e 5 demonstram qual justificativa foi predominante dentre os que optaram por continuar trabalhando e que possuem de 1 a 5 anos de serviço e acima de 20 anos. Os números indicam que entre os que possuem mais de 20 anos de serviço o motivo prevaemente para a continuidade na atividade laboral é a “*necessidade de se sentir útil*” com a representação de 34,48 % dos bancários num universo de 65,52 % que se enquadram nessa faixa de tempo total de trabalho, conforme o gráfico 4. Os bancários com menos tempo de serviço formal, por sua vez, fornecem igual relevância aos seguintes motivos: “*prazer em trabalhar, necessidade de se sentir útil e ambição profissional*”.

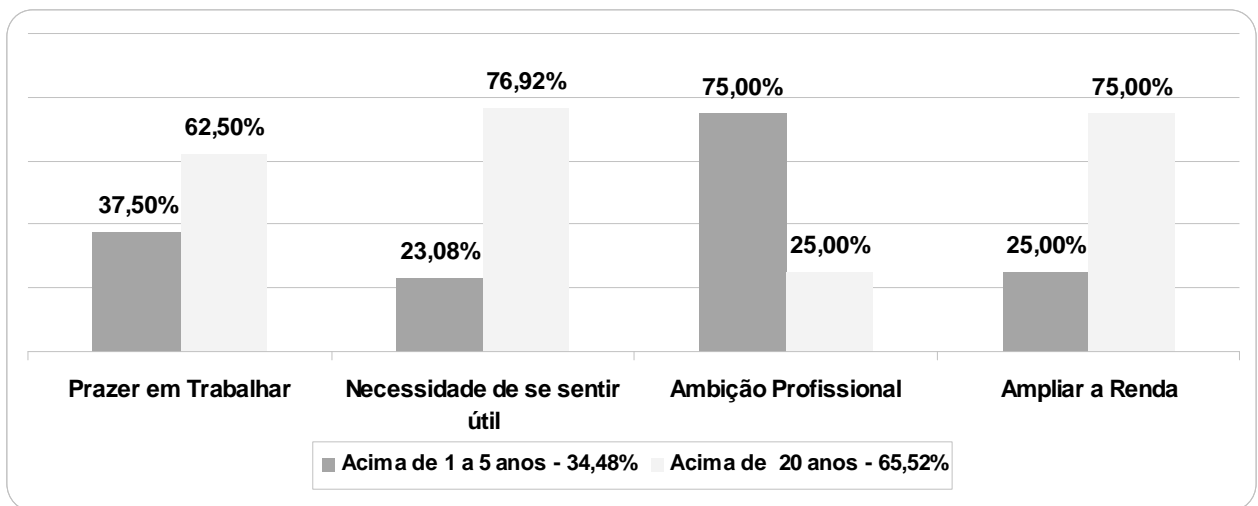
Gráfico 4: Justificativas predominantes dentro das categorias de tempo de serviço.



Fonte: Dados primários

Pelo gráfico 5, percebe-se que, comparativamente, a utilidade por meio da atividade laboral é mais importante para os que possuem mais tempo de trabalho com relevância de 76,92 % contra 23,08 % de pessoas com menos tempo de trabalho e que dão menos importância a este fator. Analogamente, o motivo “*ambição profissional*” é mais estimado pelos que estão a menos tempo inseridos no mercado como trabalhadores ativos, com 75% de escolha dentro desta categoria de tempo de serviço.

Gráfico 5: Relevância dos motivos por comparação entre o tempo de serviço.



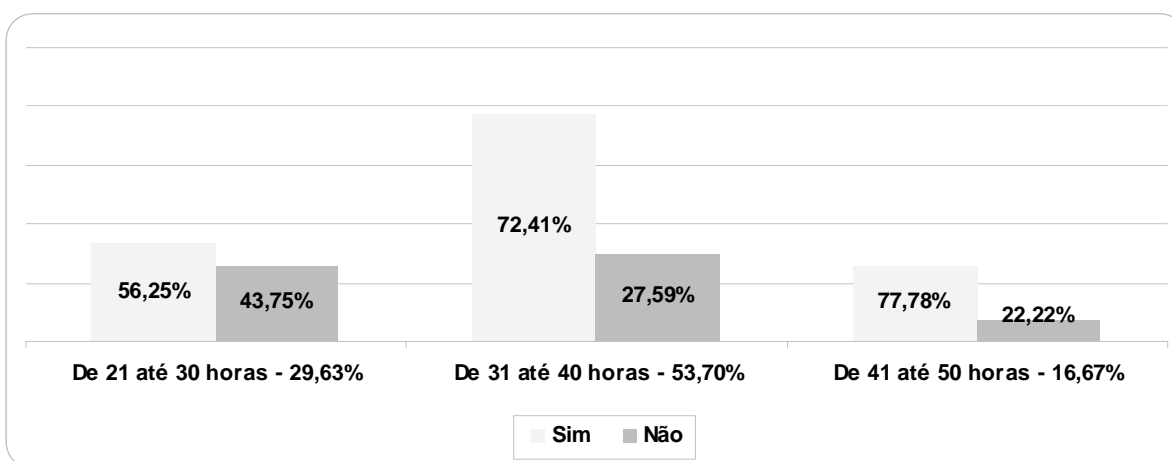
Fonte: Dados primários

Diante da indicação de que os trabalhadores que estão a mais tempo no mercado de trabalho sentem maior necessidade de continuarem nele para a satisfação de suas necessidades de utilidade e prazer, acredita-se que a perda da centralidade do trabalho não é uma alternativa coerente, pois, o trabalho, na sociedade capitalista, tem características de servidão e fadiga e mesmo assim as pessoas com mais de 20 anos de serviço optam por continuar em atividades desse cunho, sob a justificativa de continuarem inseridas socialmente do ponto de vista produtivo. A interpretação de Gorz relativa ao tempo de trabalho corrobora o resultado desta pesquisa, na medida em que os trabalhadores que trabalham há mais tempo têm mais necessidade de continuarem trabalhando por estarem profundamente alienados em seu trabalho ao mesmo tempo em que estão completamente inseridos na obrigatoriedade de seu consumo e, conseqüentemente na realização de suas necessidades.

O gráfico 6 mostra que quanto mais as pessoas trabalham diariamente, mais dificilmente elas se desfazem do trabalho. Na medida em que as horas trabalhadas diariamente aumentam, maior é a disposição das pessoas a continuarem no mercado de trabalho, mesmo se houvesse a possibilidade de não mais trabalhar. Percebe-se, portanto, que a dependência e o desejo de

perpetuar a atividade laboral tem uma ligação diretamente proporcional ao tempo de trabalho dos indivíduos, uma vez que o trabalhador estará cada vez mais alienado e dependente do trabalho, constituindo sua identidade nesta atividade e fazendo de sua ocupação obrigatória, sua vida. Quanto mais tempo sob o domínio da lógica de inserção social imposta pelo trabalho, mais entrelaçado estará o homem ao capital e com maior normalidade o trabalho transformar-se-á em atividade pessoal de tal maneira que a necessidade de viver acaba de confundindo com a necessidade de trabalhar. Ou seja, o trabalho é a própria vida!

Gráfico 6: Horas de trabalho semanais X Continuará Trabalhando



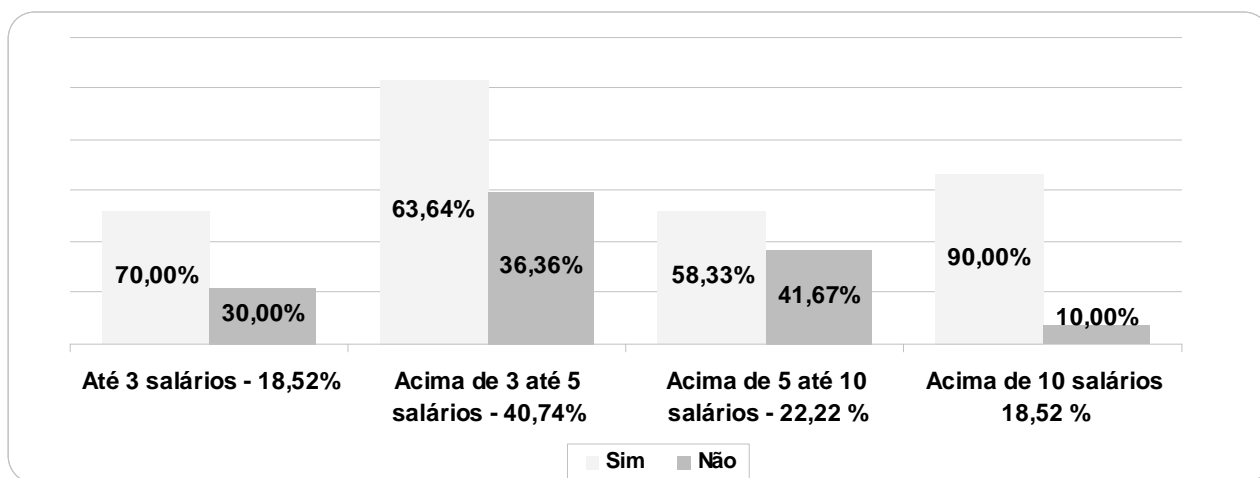
Fonte: Dados primários

O anseio de ascensão e a ambição profissional, como motivos prevaletentes entre os que estão a menos tempo desempenhando suas atividades profissionais, por sua vez, comprova a formação economicamente racionalista do trabalhador. Através de seu trabalho individual o homem acredita estar se inserindo socialmente, desempenhando sua utilidade produtiva, atingindo sua autonomia pessoal diretamente ligado ao seu poder de consumo e, ainda, suprindo suas carências humanas. Assim sendo, é pela sensação adquirida por mais um dia de trabalho que o indivíduo busca sua auto-satisfação, ao mesmo tempo em que fortifica seu elo de dependência às atividades laborais completamente tomadas pela lógica e pela dominação do capital.

O cruzamento dos dados relativos à renda mensal dos trabalhadores e a possibilidade de não mais trabalharem forneceu o seguinte panorama, conforme o Gráfico 7: em todas as faixas de renda a opção por continuar trabalhando prevaleceu, sendo que os dois valores predominantes

ficaram com os bancários que ganham até 3 salários mínimos (70,00% optou por continuar trabalhando) e com os indivíduos que ganham acima de 10 salários (90,00% optou por continuar trabalhando).

Gráfico 7: Renda Mensal X Continuar Trabalhando



Fonte: Dados primários

Pode-se indicar que quanto maior o nível de renda dos indivíduos maior também é a necessidade de consumo que, por sua vez, tem ligação direta com a necessidade de mais trabalho, ou de trabalho contínuo para a vital satisfação daquele nível de consumo. Vale ressaltar, retomando os argumentos de Gorz, que a socialização do homem por meio do trabalho foi imposta através de uma estratégia consumista, de tal forma que é imprescindível um nível de trabalho que faça o ser humano sentir-se num padrão de consumo aceitável socialmente. O desejo e a necessidade de inserção social, portanto, também derivam deste padrão de consumo vigente, de modo que apenas os que trabalham o suficiente para adquirirem o mínimo necessário sob os ditames do capital são dignos de pertencimento social. Daí a ganância e o desejo de continuar trabalhando para aumentar seus rendimentos e equalizar socialmente o padrão de consumo individual aos padrões socialmente aceitos. Diante da íntima e efetiva relação do trabalhador com a lógica do capital – dada a eficácia estratégica do próprio capital na legitimação de seus meios de exploração através dos infinitos reflexos aqui citados, como a necessidade de inserção social, a equalização do nível de consumo, a busca pelo prazer e pelo sintoma da utilidade produtiva – não

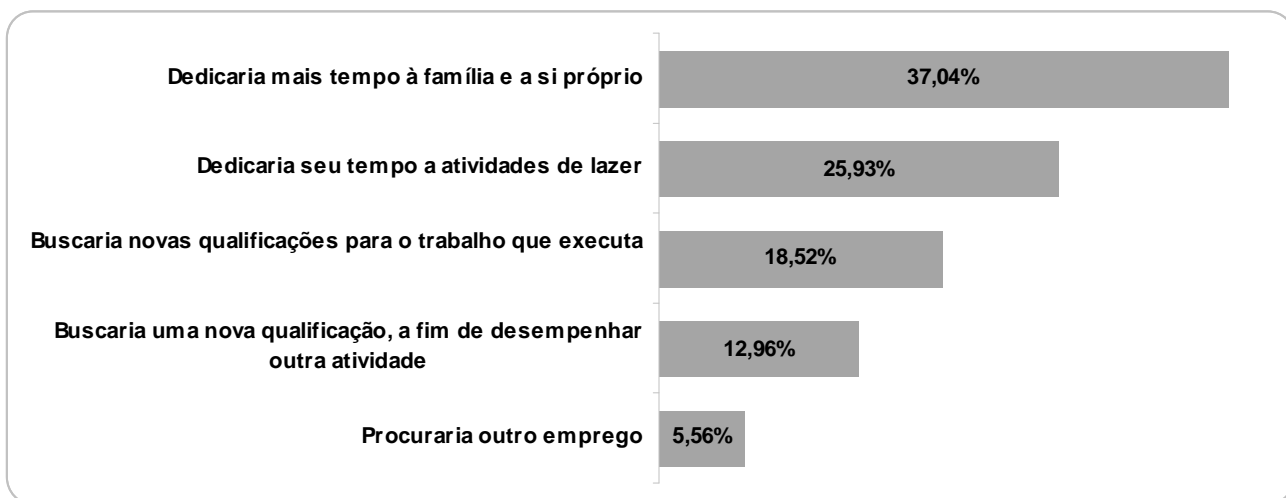
se faz pertinente indicar a descentralização do trabalho na sociedade capitalista, nem tampouco é coerente aceitar que neste sistema de produção vigente as conseqüências dessa perda de centralidade sejam dadas pela proliferação do tempo livre.

A utilidade, o prazer, a identidade e o pertencimento social que o indivíduo busca no trabalho é tão explícito no discurso e nas atividades desempenhadas pelos trabalhadores que quando perguntado aos bancários constituintes da amostra desta pesquisa: *“Em poucas palavras, o que significa trabalho para você?”*, muitas respostas vieram ao encontro da lógica imposta pelo capital, sendo que pouquíssimas pessoas deram a conotação de dever e obrigação ao desempenho de suas atividades diárias. Uma das respostas diz: *“Trabalho é prazer, não se sentir inútil, ter amigos”*. Outra argumenta: *“Uma atividade que enaltece o ser humano”*. Ou ainda: *“Sentir-se útil, produtivo”, “A realização da pessoa”, “Saúde física e psicológica”, “Coletividade e relacionamento”, “É realizar atividades que se identifica e sente prazer em executá-las”*. Fica, portanto, evidente que – para parafrasear Lafargue – os trabalhadores deixaram-se iludir pelo amor ao trabalho e assim “traíram seus instintos” e “perverteram-se pelo dogma do trabalho” deixando suas vidas a mercê das vontades do capital e criando as próprias misérias individuais e sociais as quais são vítimas. Como seria, portanto, possível imaginar a concretização de uma sociedade imposta pelas preocupações verdadeiramente emancipadoras e autônomas do ser humano através do tempo livre se o próprio trabalhador carrega consigo as amarras do trabalho e enaltecem de tal maneira os preceitos da dominação capitalista?

Considerando que a prevalência do tempo de não trabalho (ou tempo livre) é inviável sob a égide do capitalismo, tendo em vista este sistema basear-se na reprodução contínua e ampliada dos mecanismos de exploração dos trabalhadores e que, além disso, tampouco tende a ser o futuro desta sociedade, vale a pena explorar as características das atividades do tempo livre a fim de que se comprove a mesma lógica capitalista agindo, também, neste tempo alheio ao trabalho. Em primeiro lugar é importante salientar que as pessoas remetem às atividades de lazer ao trabalho, já que é o trabalho, ou o fruto do trabalho, que fornece aos indivíduos a possibilidade de gozar de seu tempo livre. Esta argumentação está exposta nas respostas que alguns dos entrevistados deram quando perguntados a respeito do conceito de trabalho. Uma das respostas expôs: *“A base que equilibra família e lazer”*; ou ainda *“Trabalho significa lazer, realização pessoal e profissional, novas formas de aprendizado, e convívio com as pessoas com diferentes opiniões e pontos de vista”*; *“Uma forma de ganhar dinheiro para a realização de sonhos,*

conforto, papel na sociedade”; “*É a troca do meu potencial produtivo por bens de consumo*”. Se os trabalhadores têm plena consciência de que é o trabalho que fornece a possibilidade de gozar do tempo livre, um tempo de não trabalho, seria verdadeiro afirmar que existe uma maior preocupação com o tempo de lazer do que com o tempo de trabalho? Ou seria contundente afirmar que a lógica capitalista impõe ao trabalhador a preocupação com a necessidade de auto-satisfação através das atividades de lazer para que, com mais trabalho, os indivíduos possam gozar de sua emancipação num tempo alheio ao trabalho? A segunda alternativa vem ao encontro da pesquisa quando se analisa a seguinte pergunta feita aos entrevistados: “*Se houvesse uma redução na sua jornada diária de trabalho, o que você faria?*”, cujo resultado está exposto no gráfico 8.

Gráfico 8: Atitudes diante da redução da jornada diária de trabalho.



Fonte: Dados primários

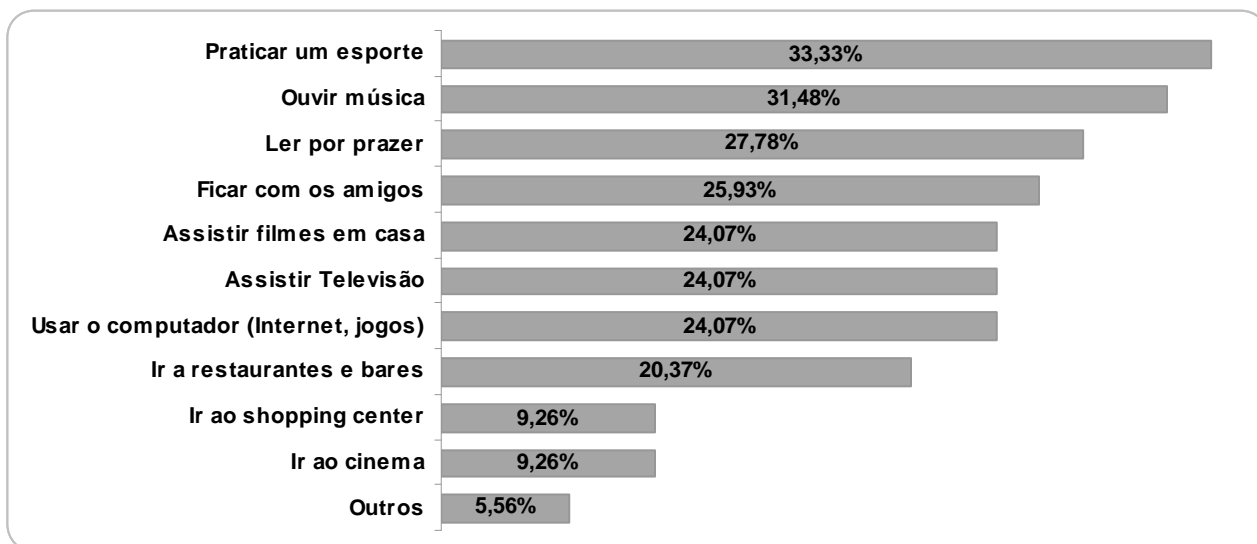
A opção “*Dedicaria mais tempo à família e a si próprio*” contou com 37,04% dos indivíduos e com 25,93% de escolha ficou a opção “*Dedicaria seu tempo a atividades de lazer*”. Parece que o resultado expõe contrariedade, já que as mesmas pessoas que optaram por continuar trabalhando mesmo se não precisassem (gráfico 1) admitem que precisam de mais tempo para cuidar de si próprias, ficar com seus familiares e praticar atividades de lazer. Esta contradição existente no posicionamento dos trabalhadores é a mesma que persiste na própria lógica do capital, pois, quando o sistema capitalista dominante adentrou na sociedade trazendo consigo o entendimento racional para todas as conotações da vida social, o trabalho assumiu também uma conotação racional em detrimento da aceitação do tempo ocioso. O conceito de trabalho adquiriu relevância a tal ponto que os trabalhadores absorveram a idéia de que é o trabalho que liberta,

emancipa, enobrece, satisfaz e dignifica o homem. Por isso o posicionamento majoritário das pessoas em se sentirem “dignas” através do trabalho, mesmo se existisse a possibilidade de não mais fazê-lo.

Em contrapartida, é difundida a idéia de emancipação, realização e autonomia no tempo livre, não como justificativa para diminuir a jornada dos trabalhadores e para fornecer a eles um tempo de descanso e regozijo propriamente ditos, mas sim para fazer com que a classe trabalhadora esteja cada vez mais preparada e produtiva para um novo dia de trabalho, bem como para fazer esta mesma classe sinta a necessidade de mais trabalho para que possa gozar das atividades de lazer, que por sua vez só se realizam via propensão consumista. Desta forma, Padilha coloca oportunamente o ciclo que se trava entre o tempo livre, consumo e lazer, já que a inserção tecnológica permite mais produtividade em menos tempo de trabalho, que se transforma em mais tempo para o ócio consumista, que, por sua vez reforça a produção e o desenvolvimento do sistema capitalista ao mesmo tempo em que cria novas necessidades no âmbito do consumo.

A comprovação de que o tempo de lazer é um tempo de consumo está colocada no gráfico 9, que expõe o resultado da seguinte pergunta feita aos entrevistados: “Qual atividade você mais pratica em seu tempo livre?”.

Gráfico 9: Atividades praticadas no tempo livre.



Fonte: Dados primários

Todas as atividades relacionadas são realizadas no tempo livre e têm o desígnio de serem atividades de dispêndio do ponto de vista do consumo⁹. Logo, o lazer está colocado como uma atividade que prepara o trabalhador para desempenhar com mais produtividade suas funções, concomitante, à sua concepção como consumidor ativo e sempre sedento pela satisfação de suas necessidades. Considerando esta caracterização do tempo de não trabalho não se pode concebê-lo com um tempo de emancipação e libertação, uma vez que ele corresponde à lógica do capital tanto quanto o tempo de trabalho. Conforme salienta João Bernardo o tempo de lazer passa a ser uma forma oculta de exploração proletária, pois, enquanto o tempo livre determina as necessidades de seus consumidores/trabalhadores, são travadas as condições para a produção e para a reprodução da própria força de trabalho. Inserindo os novos paradigmas em nome da “qualidade de vida”, o capital impõe sua estratégia consumista deslocando o foco de exploração e defendendo aparentemente os direitos do trabalhador de buscar sua satisfação pessoal.

Contemplando todas as vertentes e analisando os resultados da apreciação empírica, podemos afirmar que não é verossímil a suposição de uma sociedade baseada no lazer. Para que tal hipótese fosse aceita seria preciso, antes de tudo, a superação da lógica racional e econômica imposta pelo capital, ou seja, a derrocada do próprio sistema. Carregando a mesma perspectiva crítica acredita-se que, conforme a vertente negativa aqui exposta, a função da classe trabalhadora não perdeu sua importância e centralidade e tal fato não acontecerá enquanto for o trabalho a fonte de valor e riqueza para a sociedade que serve ao capital.

A égide da “qualidade de vida”, a busca pela auto-satisfação do trabalhador e a pregação de libertação do trabalho através das atividades fora dele fazem parte, apenas, de um novo discurso do capital – que corrobora suas contradições e legitima sua estratégia – no intuito de, de forma oculta, explorar o trabalhador através do aumento de sua produtividade no tempo de trabalho e do aumento das necessidades no tempo alheio ao trabalho. Assim, duplamente, o capital oprime a classe que trabalha fazendo-a produzir mais e consumir mais para que continue em marcha o curso histórico do desenvolvimento do sistema capitalista.

⁹ Basta pensar que os esportes hoje em dia são praticados com materiais de grandes marcas, que as quadras de futebol são alugadas. Em relação à música, aparelhos de MP3 e celulares. Enfim, toda uma indústria que se apoderou e passou a produzir os lazes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADORNO; Theodor W. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Petropolis, RJ: Vozes, 1995.

ANTUNES; Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo, Cortez, 1995.

BERNARDO; João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo, Cortez, 1991.

_____. **Democracia totalitária** – teoria e prática da soberania das empresas. São Paulo, Cortez, 2004.

DE MASI; Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2000.

DUMAZEDIER; Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ELIAS; Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1998

FRIEDMANN; Georges; NAVILLE, Pierre; TREANTON, Jean-Rene. **Tratado de sociologia do trabalho**. São Paulo: Cultrix: EDUSP, 1973. 2v.

GORZ; André. **Metamorfoses do Trabalho: Crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003. 248p.

HONORÉ; Carl. **Devagar: como um movimento mundial está desafiando o culto da velocidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

KRIPPENDORF; Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989..

LAFARGUE; Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo, Editora da UNESP, 1999.

MARX; Karl. **O capital** critica da economia politica. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

MÉSZÁROS; István. **Para além do capital**. Campinas, Editora da Unicamp, São Paulo, Boitempo, 2002.

MORIN; Edgar. **Cultura de massas no século XX : o espírito de tempo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense - Universitaria, 1975.

OURIQUES, Helton R; VIEIRA, Pedro A. **Elementos para uma crítica da centralidade do trabalho.** In: XI Encontro Nacional de Economia Política.

RYBCZNSKI; Witold. **Esperando o fim de semana.** Rio de Janeiro: 2000.

PADILHA; Valquíria. **Tempo Livre e capitalismo: um par imperfeito.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

_____. **Shopping Center: a catedral das mercadorias.** São Paulo: Boitempo, 2006.

VEBLEN; Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições.** São Paulo: Pioneira, 1965.

ANEXOS